



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

### **ATA Nº 4/2023**

**Sessão ordinária de 29 de setembro de 2023**

## **ATA N.º 4/2022**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e três, pelas quinze horas, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência de Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes e secretariada por Maria de Lurdes Liberato e M. Clotilde Barata.

Feita a chamada, verificou-se a falta do membro Paula Milheiro, que justificou atempadamente a sua falta e foi substituído pelo membro João Carlos Pereira.

Os Presidentes da Junta de Freguesia de Alpedrinha e União de Freguesias Atalaia do Campo e Póvoa de Atalaia e Enxames foram substituídos pelos seus representantes legais, no caso Maria Emília Salvado, Guilhermino Nogueira e Paulo Gonçalves. Não faltou nenhum elemento do executivo

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

### **Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)**

- Aprovação da ata nº3 (30-06-2023);
- Intervenção dos Grupos Municipais e dos Membros Independentes para apresentação de moções e recomendações/Declarações Políticas.
- Votações.

### **Período da Ordem do Dia (POD)**

1. **Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c) do nº2 do artigo 25º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);**
2. **Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação final – “Revisão do Plano Diretor Municipal do Fundão”, nos termos do disposto na alínea a) e ccc) do nº1 do artigo 33º e alínea h) do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;**



3. Apreciação e votação da **Proposta – Aprovação final do “Regulamento Municipal de Intervenção na Via Pública”**, *nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;*
4. Apreciação e votação da **Proposta - Aprovação final da “Carta Social do Fundão e do Plano de Desenvolvimento Social”**, *nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;*
5. Apreciação e votação da **Proposta- Aprovação do “Projeto de Regulamento para Atribuição Excecional de Incentivos à Fixação de Profissionais de Serviços Públicos Essenciais no Concelho do Fundão – Saúde, Educação, Segurança”** *nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;*
6. Apreciação e votação da **Proposta- “Plano de Recuperação e Resiliência Nacional – parcerias entre o Município do Fundão, a CIM-BSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras Serra da Estrela e o IRHU, I.P. – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana”**, *nos termos do disposto na alínea k) do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;*
7. Apreciação e votação da **Proposta – “Reconhecimento de Interesse Municipal da Empresa Vascom – Cabos e Termómetros Unipessoal, Lda. e aprovação da redução de 75% do IMT e IMI”**, *nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;*


**Presidente da Mesa** – Cumprimentou os presentes e informou que esta sessão estava a ser transmitida on-line. De seguida, colocou à apreciação a ata nº 3/2023 que não foi alvo de qualquer observação. Colocada a votação foi aprovada por maioria com 40 votos a favor e 2 abstenções dos membros Clara Ramos e António Fernandes por não terem estado presentes. De seguida informou que hoje ia tomar posse como membro da assembleia Municipal o Senhor José Miguel Morgado Vaz Pinto em substituição do membro Diogo Cerdeira que por motivos profissionais pediu a sua renúncia ao cargo de membro da assembleia municipal do Fundão.



## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

**Rogério Hilário** – Cumprimentou todos os presentes, disse não ser muito normal falar em 1º lugar neste ponto da ordem de trabalhos, mas acha que o tema o exige já que é tempo de alguém fazer alguma coisa sobre este assunto. Recordou que há algum tempo, nós aceitámos e aprovámos uma competência que veio do poder central sobre a saúde, sempre disse aqui que aquilo era mais uma desorçamentação do poder central e mais uma questão contabilística dos orçamentos, porque as câmaras pouco poderiam fazer relativamente àquilo que era a autonomia que tinham. É importante perceber que não é a Câmara Municipal do Fundão que tem de resolver isto, porque é uma competência estrita da administração central. É difícil entender a quantidade de ambulâncias que passam por dia para aquela zona do território do concelho do Fundão. Por motivos profissionais vai muito a Silves e verificou pessoalmente que existem dias que é impressionante, portanto, nós temos de nos unir todos e desta vez dizer ao poder central, isto tem de ser resolvido e, por favor, parem de dizer, porque isso é fácil, a Câmara Municipal é que tem culpa, o seu a seu dono. Outra situação que traz aqui é de certa forma entender porque é que a Câmara Municipal, ao fim destes anos, tem uma estratégia de atração de pessoas pró-concelho não só naquilo que é a política de imigração, mas também da própria atração de outros cidadãos para o concelho, já que pela primeira vez, as escolas tiveram um incremento de turmas e incremento de alunos. Não foi pelos nativos, não são pessoas que nasceram aqui, já que o saldo natural continua negativo, mas há aqui uma esperança para estes territórios e quem criticava este modelo tem agora a prova que de facto é um modelo que vai ser e está a ser replicado por outros municípios que vieram fazer o levantamento das boas práticas que se faz no concelho do Fundão. É também importante percebermos e temos de continuar a entender isto, que não podemos continuar sempre a substituir-nos ao poder central relativamente aquilo que são as suas obrigações. Falando noutra questão, ontem fomos surpreendidos, nem tudo é mau com 30% de redução das portagens na A24, A23, A13, A25 e A22, em territórios que são complexos em termos daquilo que é a sua capacidade de atrair pessoas, no entanto nós votámos aqui sistematicamente por unanimidade, o fim das portagens, pelo que os 30% de desconto ficou a saber a pouco e falta saber mais uma coisa, se o desconto é sobre o preço atual ou pelo

inicial, porque já da outra vez, quando fizeram um corte não o fizeram sobre o preço atual mas sobre o preço inicial.



**Cristina Guedes** – Após os cumprimentos a todos disse que no seguimento da moção aprovada nesta Assembleia Municipal sobre o serviço prestado pelos CTT na região, recebemos uma missiva que justifica as falhas permanentes desta concessão do serviço de distribuição postal no respeito pelos prazos de encaminhamento e de entrega na região. Infelizmente para o resto do interior, não é um problema exclusivo do concelho do Fundão. O mesmo texto, com ligeiras alterações, foi enviado a todas as Assembleias Municipais que pediram esclarecimentos sobre as falhas no serviço às populações. Em todas tentam justificar as opções economicistas da empresa de maximização de lucro e de minimalização da estrutura no território, descartando a culpa para todos os lados, nomeadamente:

- Pelos trabalhadores que tiveram acidentes de trabalho ou pela falta de mão-de-obra, sem dizerem que é opção dos CTT não efetivar praticamente ninguém, obrigando os trabalhadores a ir para o desemprego ao terceiro contrato temporário;
- Pela não existência da toponímia, de falta de caixas de correio, de acessos, entre outras desculpas que não justificam como, passados cerca de 10 anos da privatização completa deste serviço público, a população, a toponímia e os acessos estão mais atrasados, uma vez que os CTT públicos conseguiam fazer este serviço de forma eficiente;
- Sem admitirem as falhas dos serviços de distribuição que, como dizem os próprios trabalhadores da empresa, existe “correio urgente com mais de uma semana dentro dos centros de distribuição, cartas registadas entregues fora de prazo, aldeias e ruas sem correio durante semanas, estações de correio fechadas ou com horário reduzido”;
- Sem admitirem que as inspeções da ANACOM têm detetado estas mesmas falhas na distribuição de correio no interior, onde detetaram, e cita, “anomalias graves na distribuição postal, de correio normal (...) em particular no que respeita aos prazos de encaminhamento do tráfego postal, com repercussão na regularidade e fiabilidade dos serviços prestados pelos CTT”.



Perante esta demonstração de total ausência de responsabilidade e vontade de resolução dos problemas da população, pedimos ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que encaminhe a moção aprovada com um pedido de esclarecimentos à ANACOM sobre o serviço prestado na concessão do serviço postal no concelho.

**Guilherme Freches** – Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 1**.

**Rosa Moreira** – Começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que vem aqui apresentar uma recomendação que designa de ***Dia da Consciencialização da perda gestacional e morte neonatal***. Informou que o mês de outubro é marcado por campanhas como a do movimento conhecido pôr outubro Rosa que tem como intuito inspirar a mudança e mobilizar a sociedade para a luta contra o cancro da mama, porventura menos conhecido, outubro é também um mês para a reflexão sobre os casos de muitas mães e muitos pais que perderam o seu bebé ainda durante a justa a gestação ou logo após o nascimento. O Dia Internacional da consciencialização da perda gestacional e morte neonatal assinalado a 15 de outubro tem como objetivo impulsionar a humanização do atendimento às pessoas nos serviços de saúde e, principalmente, orientar as famílias enlutadas da forma mais adequada. **Recomendação:** Que no próximo dia que 15 de outubro, a fachada do edifício da Câmara Municipal seja iluminada de azul e rosa, cores do laço da perda gestacional com o objetivo de fazer chegar o tema a toda a sociedade.

**Cláudia Pereira** - Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 2**.

**José Manuel Silva** – Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 3**.

**José Pina** – Cumprimentou todos e disse que ia fazer uma intervenção muito breve. Em primeiro lugar perguntou à Mesa se esta sessão está ou não está a ser transmitida para o exterior, considerando que, surpreendentemente, a última sessão da Assembleia Municipal foi transmitida on-line e a sua bancada não teve conhecimento.

O Senhor Presidente da Mesa quis esclarecer logo esta questão informando que a sessão anterior foi um teste, não sabíamos de que forma é que ela iria decorrer, mas quase toda a sessão decorreu de forma normal.

Continuando, o membro José Pina afirmou que relativamente à Assembleia anterior, não retira nada do que disse porque não houve conhecimento, pelo menos por parte da bancada do Partido Socialista que estava a ser transmitida. No entanto nada a opor, avancemos. Sobre a intervenção que o membro Cristina Guedes fez relativamente aos CTT e à distribuição postal no concelho do Fundão, eventualmente podemos aqui encontrar culpas dum lado e doutro, eventualmente, não sabe se sim, se não, mas não quer debruçar-se em concreto sobre o grande conteúdo do texto, nem sequer rotulá-lo, como fez o membro Cristina Guedes, aproveita isso sim, o último parágrafo que agora lê *“prevalecemo-nos da oportunidade para manifestar o desejo de um ainda maior reforço nas relações entre esta empresa e o município do Fundão. Apresentamos os melhores cumprimentos”*.

**José Miguel Bastos** – Começou por cumprimentar todos os presentes. Depois, em 1º lugar quis realçar o sucesso do acolhimento das jornadas da Juventude aqui no nosso concelho, organização absolutamente fantástica da autarquia, com a diocese, com o CMJ do Fundão, com voluntários e associações locais, que trouxeram enorme tónico de força nos nossos jovens, na ajuda ao acolhimento de 140 peregrinos que, durante uma semana encheram as nossas ruas de boa disposição e muita música, música esta que teve o seu momento alto com a atuação de uma delegação dos bombos do concelho do Fundão, numa eucaristia celebrada pelo Santo Padre que foi transmitida em todos os continentes, à escala planetária e que conseguiram que nenhum fundanense ficasse indiferente a este momento que tanto nos encheu de orgulho e satisfação. Ainda na área da Juventude, sublinhou também o evento que se realizou nas piscinas municipais, com musica eletrónica no âmbito das celebrações do Dia Internacional da Juventude 2023, que juntou mais de 350 pessoas de várias gerações e também o festival Cool Generation que inaugurou um cartaz de musica direcionada para os mais jovens e permitiu dar palco a algumas bandas locais de renome nacional que pudesse atuar pela primeira vez na sua terra, como foi o caso do DJ, produtor nacional, Bethovan que nasceu aqui no Fundão e já conta com uma carreira nacional e internacional de bastante relevo. Será seguramente um evento a repetir que pretende dar resposta a uma geração que é apelidada de nativa digital e que, a partir daqui, nesse espaço de fruição e discussão possa



ter nesta marca diferenciadora, respostas para as preocupações temáticas que atualmente mais os afetam como o ambiente e as alterações climáticas, as novas tecnologias, a mobilidade para fins de aprendizagem, o desporto e também o Gamenha.

Não havendo mais nenhum pedido de intervenção e não havendo votações neste período, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da ordem do dia.

### Período da Ordem do Dia (POD)

#### 1. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c) do nº2 do artigo 25º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL)

**Guilherme Freches** - Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como Anexo 4.

**Presidente da Câmara** – Iniciou a intervenção cumprimentando todos os presentes, dizendo que ia responder o mais sinteticamente possível às questões levantadas, até porque hoje a assembleia tem um ponto particularmente exigente do ponto de vista também de partilha de informação e de argumentação associado àquilo que é a apresentação à Assembleia, do plano diretor municipal. Sobre o tema da saúde disse que de uma forma geral, partilhamos e estamos na linha da frente, na contestação e na expectativa que a questão dos médicos possa ser resolvida, nomeadamente na zona do pinhal que, neste momento é a zona mais crítica que temos, dado que as suas extensões de saúde, desde o Castelejo estão neste momento sem médico há cerca de quase um ano e como tal, a situação é muitíssimo grave. Nós estamos numa fase complexa, porque, mesmo hoje, adiantando-me a um ponto que vem hoje na agenda, mas é quase impossível não falar dele, que é a questão de criação do regulamento para apoiar pessoas, médicos, professores, militares que queiram assegurar serviços absolutamente essenciais na saúde, educação e segurança, estamos a falar no que considera o triângulo mais importante em termos de resposta de serviço públicos para, de uma forma geral, para todas as comunidades e no interior esta é uma questão particularmente exigente. Estamos a procurar respostas que vão muito para além da circunferência das competências, mesmo numa leitura mais alargada, no que toca, nomeadamente à saúde e a educação, ou seja, nós estamos a correr um risco tremendo de que a questão dos médicos, por exemplo,






se torne rapidamente em Portugal, numa espécie de leilão de quem é que consegue, desculpem-me o termo tão coloquial, fazer melhor aquela coisa que se chama “pesca à linha”. Dito isto, nós lutamos com todas as armas e um regulamento municipal dá-nos força para o podermos fazer; quem leu o regulamento que vai para discussão pública, vê que o mesmo tem como finalidade encontrar formas de tornar mais atrativa a vinda e permanência dos profissionais, sobretudo de saúde e de educação, mas também na GNR. Informou ainda que finalmente, assinámos o famoso acordo do financiamento ao quartel da GNR, mas nesse mesmo dia também foi assinado outro acordo, que passou talvez um bocadinho mais despercebido, mas também muito importante, que é uma complementaridade de ajudas para além do que é a remuneração, que vem do ministério para a GNR. Vemos vantagens enormes, sobretudo na segurança, pelo conhecimento que vão tendo dos processos, das pessoas, das pessoas mais isoladas, no meio rural. Continuando voltou a referir, que nós não contratamos diretamente os médicos, nós o que estamos a dizer é que damos apoio à deslocação, já aqui o disse e repito. Quer dizer, algo que se interroga é como é que é possível que não se paguem os quilómetros aos médicos, que vão no seu próprio automóvel. Por outro lado, não sente que um médico, por fazer extensões de saúde, acelera sua progressão na carreira, em todos os encontros com a ARS todas a semana, por vídeo chamadas e em que nós vamos falando desses assuntos nunca viu qualquer coisa diferente. De facto, a situação não é fácil e vê com muitas preocupações o que vem na perspetiva da centralização da oferta de saúde. Pode falar em clínicas ou falar em hospitais, mas não ouve falar em saúde de proximidade em contexto rural e isso também o deixa preocupado. A ULS já devia estar em funcionamento, hoje a componente do Centro Hospitalar da Cova da Beira é um dos faróis de atração de utentes, muito para além da sua geografia de entrada, hoje vem muita gente do Distrito da Guarda, vem gente do distrito de Coimbra, nomeadamente aqui os nossos vizinhos da Pampilhosa e vem muita gente do distrito de Castelo Branco, do qual fazemos parte, mas sobretudo aqui da zona da NUT da Beira Baixa. A ULS sob uma boa gestão pode ajudar, por isso, neste momento, perante o que temos e com financiamento adequado, venha rapidamente a ULS. Falando de Mobilidade, disse que se ia rapidamente avançar para o programa da segunda fase, em termos daquilo que é a mobilidade pedido, nomeadamente a zona do Pinhal, sendo verdade que a mobilidade que está pensada a pedido para a centralidade Silvares em primeira linha; para a centralidade Silvares seria também do ponto de vista de saúde bastante relevante, ou seja, juntava-se a oferta, reforçando aquilo que é o


acesso das pessoas que não têm mobilidade para com o transporte a pedido poderem chegar àquilo que era a extensão de saúde de Silveiras, independentemente de outras, esperemos, que pudessem é igualmente funcionar. Apesar de não estar a acontecer, ou seja, a componente de saúde não está resolvida, vamos avançar na mesma, porque há aqui outra questão, mesmo que não seja a nossa intenção, se pelo facto de termos transporte a pedido que chega à vila ajuda a resolver assuntos às pessoas e também a partir da vila de Silveiras há mais transportes convencionais que possam depois fazer a ponte, nomeadamente com o Centro de saúde, que espera que não seja o caminho único que já percebemos tem imensos problemas e constrangimentos para as pessoas, mas enquanto não tivermos o médico na extensão de saúde de Silveiras ou noutras ali colocados, não vamos também perder a hipótese de transporte a pedido, todas as ajudas são boas, por isso deu instruções para avançarmos de imediato com o transporte a pedido, mesmo que uma das razões que queríamos testar não esteja neste momento conseguida que é o facto de já termos a questão da Saúde resolvida ali na zona do Pinhal. Sobre a questão da creche em Silveiras disse que dão um apoio extraordinária para que ela funcione, já chegou a ter 17 crianças, neste momento está com 9 e a expectativa no próximo ano deverá ser mais ou menos o mesmo, sendo uma situação que vamos acompanhando, vamos continuar a apoiar com cerca de 1000 euros mensais, ou seja, para ajudar que essa oferta de Creche, a única naquela zona, se mantenha. Sobre a EN 238 informou que o concurso já foi lançado e a obra adjudicada, as questões que aqui foram referidas, algumas delas estão na linha da prioridade relativamente à questão das águas a luta continua relativa aquilo que é a intervenção terrível na 238, mas também neste agora segmento até à freguesia do Telhado, nomeadamente até a Aldeia de Joanes. Sobre os CTT, é claro que estamos a pressionar, a última reunião marcada na semana passada aqui no Fundão com a administração, estes não vieram, não também não informaram porquê, mas nós não os vamos largar, porque este é um serviço essencial, a entidade reguladora tem poderes, capacidades e ferramentas formais e legais para obrigar qualquer empresa deste país ou qualquer fornecedor público num serviço essencial a fazê-lo de forma conveniente. Também leu o que a assembleia nos mandou, também confrontou colegas seus a perguntar se tinha havido resposta, porque esta situação, como aqui foi referido pela senhora deputada foi de alguma forma até concertada em vários sítios e também foi com algum pasmo que percebeu que do Douro ao Tejo os problemas são exatamente iguais.

**2. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação final – “Revisão do Plano Diretor Municipal do Fundão”, nos termos do disposto na alínea a) e ccc) do nº1 do artigo 33º e alínea h) do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro**

**Presidente da Câmara** – Disse que, como sabem, o processo de discussão pública começou há alguns meses atrás, ou seja, a apresentação e todo o modelo que nos levou a avançar com a discussão pública, em termos da proposta, tem sensivelmente pouco mais de 2 meses e nesse período conseguimos receber todas as participações e fechar, por assim dizer, um documento que está, neste momento à consideração desta assembleia e desse ponto de vista, olhando aqui para as diversas fases nós estamos na proposta final e aprovação. Acabou a fase da discussão pública e ponderação, que decorreu entre os meses de maio e julho, depois de julho a setembro estivemos a analisar todas as 600 participações que recebemos e se hoje a proposta recolher a maioria dos votos dos senhores membros da AM, imediatamente, o PDM vai ser enviado para o diário da república. O nosso PDM atual ainda em vigor tinha uma taxa de execução que não chegava aos 80% nalgumas freguesias abaixo dos 70, quando digo execução está a falar dos perímetros urbanos utilizados, a baixa densidade não diminuiu de há 20 anos a esta parte, há 20 anos também tínhamos mais população do que temos hoje, isso é inequívoco como tal, uma das linhas principais do planeamento a nível nacional era aumentar perímetros urbanos, ou seja, pensar que podemos atrair novas pessoas, ou moradores, ou criar ambientes diferentes do ponto de vista do que é o parque habitacional é algo com carácter excecional. Outra coisa muito discutida no período de discussão pública, nas reuniões que tivemos descentralizadas, nós fomos informados que não poderia haver habitação em solo rústico, fora daquilo que são as áreas de edificação dispersa, que é uma tipologia nova que hoje os PDM permitem e aquilo que são aglomerados rurais, que é basicamente a definição dum espaço de aldeia que, pela sua pouca dimensão, não careceria de um perímetro urbano que lhe estivesse associado. Outro aspeto tem a ver com a carta da REN e da RAN, reserva agrícola e reserva ecológica, em que a questão central que mudou nos últimos anos é que a reserva ecológica aumentou brutalmente, nomeadamente numa das suas características que não é das mais relevantes do ponto de vista de REN daquelas mais restritivas, até permite muitos dos usos, diria quase todos




daqueles que nós temos associados, mas aumentou muito. Está a falar da REN que se prende com o risco de erosão dos solos, que é uma REN mais leve, não é a REN, por exemplo, de áreas de cheia ou de linhas de água que são questões absolutamente proibitivas do ponto de vista depois de outros usos por razões ponderáveis, mas esse tipo de REN da erosão aumentou brutalmente em todo o nosso país e, como tal, a questão da REN tornou-se, de facto, uma situação com que se já lidávamos antes, agora, temos que lidar muito mais relativamente àquilo que era um ponto de partida, para a revisão do nosso plano. A reserva agrícola igualmente, as reservas agrícolas no nosso concelho e nesta região da Cova da Beira têm muita relevância, mais ainda quando grande parte da reserva agrícola também é coincidente com o perímetro de rega da Cova da Beira e este foi, de facto, muito complexo e sendo muito difícil a negociação com a direção regional de agricultura e diz negociação, para não dizer algo parecido com uma luta entre tudo aquilo que nós pedimos para desafetar e aquilo que pese embora tudo, nós fomos conseguindo, mas muito longe do que gostaríamos e do que acha que seria mais adequado para o concelho do Fundão em alguns locais. A carta de risco de incêndio que é hoje um fator também muito importante, sobretudo nas zonas de risco elevado e muito elevado, nas outras não tanto, apesar de também ter implicações, o nosso plano de defesa da floresta vai entrar em revisão. Outro problema de hoje no país, o facto de se olhar para o solo rústico como algo muito ecológico, ou seja, ser uma espécie de gestão ecológica do território, de uma ecologia não tanto humana, de uma paisagem mais natural do que humana que, no seu entender tem dado muito péssimos resultados a nível do país, mas essa é uma questão difícil, foi uma questão que também tivemos de partir. Outra questão é que zonas de atividades económicas também são perímetros urbanos, pelo que alguém deveria ter explicado, porque é que em regiões de baixa densidade é preciso mais solo industrial ou mais para atividades económicas, ou seja, o mesmo princípio que referiu anteriormente. Este é o ambiente do ordenamento do território a nível nacional, há muitos outros aspetos que pedia aqui mencionar, mas isto é interessante porque este é o ambiente do ponto de vista de avaliação e de análise com que partimos, claro que não vamos descurar todos os processos, todas as tendências, a transição ecológica, a transição climática, a transição energética, das questões das economias de escala, dos aglomerados, todas estas questões entram na equação, mas infelizmente, do ponto de vista do ambiente e ordenamento do país, questões destas estavam logo na primeira linha dos mais de 40 avaliadores de entidades que se pronunciaram sobre o nosso PDM. Continuando, disse que



entramos aqui em algumas questões mais específicas da tal particularização óbvia do nosso plano diretor municipal, que acha que são interessantes de partilhar e que estão plasmadas nos documentos. Assim, a primeira grande abordagem num território tão diverso como o nosso, uma das primeiras questões era como é que, perante uma normalização crescente a nível nacional, como é que vamos tratar um território que tem uma diversidade tão grande, tem unidades de paisagens, culturais, geográficas, económicas tão diferentes como Fundão e, para isso, chamou aquela questão da coesão territorial dentro concelho e uma das primeiras questões levantadas foi a edificação de habitação em solo rústico e como é que nós vamos fomentar esta mesma coesão. Aquando da proposta que fizemos para discussão pública, nós contrariamos a orientação do Plano Nacional de Ordenamento do Território, não a aceitámos e contrariámo-la, porque tínhamos a indicação do plano que dizia, não pode haver edificação em solo rústico e nós não aceitámos isso e fizemos aqui um modelo por intervalos, consoante a dimensão média da propriedade, começávamos nos 0,5 hectares e chegámos aos 3,75 hectares. Fomos contestando o processo e uma das razões era que levando à letra aquilo que nos estavam a dizer, um agricultor não podia construir a sua casa na propriedade e isso tornava-nos um dos poucos sítios do mundo onde isso não era possível. Isso contraria todos os princípios que por outro lado andamos a fomentar, seja circuitos curtos, economia circular, proximidade entre viver e trabalhar, ou seja tudo aquilo que andamos a dizer era deitado fora. Em sede de discussão pública houve uma segunda reinterpretação da norma do *Penepot* que nós agarramos e com a força que a discussão pública nos trouxe, força para as teses daquilo que é o plano do nosso concelho e não o plano de outros concelhos, mas do nosso concelho, do nosso território, avançou com uma medida diferente, ou seja, agarrámos a medida anterior que se mantinha na perspetiva daquilo que era a propriedade média, mas criámos uma medida que diz que sempre que haja um aproveitamento e estes termos muitos deles decorrem da tal reinterpretação do *Penepote*, de que a Associação de Municípios nos enviou, já colocou o processo de discussão público, desde que haja um aproveitamento produtivo de solo rústico, incluindo modelos exploração sustentável, do autoconsumo, de ações associadas aos princípios da economia circular, a área necessária em todo o concelho é de 0,5. Já lhe perguntaram o que é que isso significa no sentido mais do efeito, do impacto. Se bem se lembram em sede de apresentação do PDM, em Assembleia Municipal, uma das coisas que nós colocávamos era a questão do agricultor, ou seja, se eu tiver uma atividade agrícola, a agricultura é a gestão da paisagem, são





arquitetos da paisagem, constroem de facto, abordagens de defesa até aos tais riscos climáticos e defesa relativamente à tal desertificação da erosão dos solos, a agricultura é muito importante e não há agricultura sem pessoas a praticá-la, por muito moderna que seja, é fundamental a proximidade em contexto agrícola. Com aquilo que veio da Associação de Municípios, aquela reinterpretação do Penepote, nós dissemos de todos os territórios do nosso concelho, temos 770.000 hectares, temos 6.300 prédios registados nas Finanças, como sabem temos muitos mais, porque os omissos não devem ser tão poucos quanto isso. Assim, nas Finanças, temos cerca de 6.300 prédios, fazendo uma conta rápida, isso significa que se fosse uma média, nós teríamos 1 hectare por prédio, o que significa também que a maioria dos nossos prédios são inferiores a um hectare e isso mesmo nos territórios de maior dimensão da propriedade média se fizesse-mos um desvio padrão, se calhar não estava muito longe da realidade, haveria, de facto, propriedade muito grandes, mas havia ainda um leque muito relevante, nomeadamente nas imediações dos perímetros urbanos de pequena propriedade relevante para aquilo que é a gestão de criar valor no território. Por isso ao dizermos isto, pode significar que uma esmagadora, para não dizer a totalidade, que não queira fazer lá nada, só quer lá ir viver, não tem uma gestão do território da propriedade que dessa forma lhe é permitido poder lá viver com menos área, então paciência, tem que ir para o sistema 2, que tem a escadinha 99.99999%, digamos, daqueles que possam querer viver e criar valor no nosso território podem-se enquadrar sem problema nenhum no tipo 1, agora isso significa outra coisa, e isto é transversal a todo este nosso PDM, nós temos muitos modelos de majoração, temos muitos modelos de discriminação positiva, se as pessoas e os promotores e as entidades públicas, promoverem ações que nós consideramos ações corretas no sentido da sustentabilidade, no sentido da proximidade, no sentido social, por exemplo, nós discriminamos quem faz habitação a preços controlados, quem faz habitação para o mercado de arrendamento, damos majorações do ponto de vista de capacidade construtiva e tudo isto obriga a que o modelo da responsabilidade também se acrescenta mais liberdade criativa e de opção, significa mais responsabilidade, significa mais fiscalização sucessiva e isso é muito importante para que o sistema seja justo, transparente e mais do que isso, corra de acordo com aquilo que são os princípios da tal gestão sustentável do território, algo que seja inclusivo e fomenta a participação. Continuando falou também de outras duas abordagens que é a trasladação de direitos para existência para freguesias mais rurais, isto são já abordagens de muito nova geração que é, por exemplo, o município está a negociar um




terreno na cidade e a forma de o negociar e é, por exemplo, criar direitos que possam ser utilizados numa freguesia rural, isto está previsto em termos do nosso PDM e ajuda a criar modelos de negociação que possam ser interessantes e que na prática também fomentou coesão ou, por exemplo, as majorações, por exemplo, algumas majorações vão passar por esta casa, eventualmente no futuro, espero que muitas, relativamente às componentes de interesse municipal e se de facto isso acontecer, cabe ao município decidir se essa majoração se aplica, por exemplo, no contexto da cidade ou se nalguns casos, só se pode aplicar às freguesias rurais, ou seja a transferência de direitos é uma questão de muita nova geração que implicamos e trazemos para dentro do que é esta parte do PDM. Depois há uma questão também de restrições dos planos de defesa da floresta, eles são importantes, mas nós dizemos que o nosso plano está em revisão, nós e todos os municípios, por razões que acha que já todos ouviram, as questões do risco elevado e muito elevado, têm de ser refletidas de outra maneira e têm de ser avaliadas. De qualquer forma, também integrámos uma nova abordagem que tem a ver com o facto de 75% do território do Fundão ser florestal, integra o tipo florestal, e assim sendo coloca-se a questão mais do plano de defesa da floresta, nas áreas não muito elevadas, elevadas a questão é de certa forma mais secundária mas tem implicações, sobretudo nas áreas elevadas e muito elevadas, são manchas que têm a aptidão para as duas coisas e ficaram assim definidos, temos os mistos, que são a grande fatia dos terrenos do solo rústico do Fundão. Ora, essa parte desde que demonstrado, nós temos um modelo para procurar que, perante isso, a questão da redução do risco possa ser verificada caso a caso, fazendo aquilo que é uma interpelação à carta do uso e ocupação de solos. Depois também o apoio, a aposta na regeneração e reabilitação urbana, como não podia deixar de ser e aqui trazemos também uma novidade que pode ter grande impacto, nomeadamente nas zonas mais degradadas das nossas aldeias, das nossas vilas e também da nossa cidade, que é a declaração de zonas degradadas, ou seja, este é um PDM dinâmico, aquela ideia de um PDM que, de certa forma, tem um regulamento e fecha sobre si próprio e daqui a 10 ou 15 anos, esperemos que não 20, mas, como sabemos, passado uns quantos anos volta a discutir-se o ordenamento, mas felizmente que este PDM tem muitas medidas que são ativas e que obrigam, de facto, a uma construção nova e permanente, nomeadamente declaração de zonas degradadas. Este tipo de declaração numa rua, numa zona de uma aldeia, numa zona da cidade, determina que essa declaração não é só uma declaração mas um plano que diz como é que aquilo se vai recuperar, com que índices se vai recuperar, com que





parâmetros, ou seja, as zonas degradadas já não vão lá sequer com aquilo que é o que podemos chamar de regulamento tipificado, nós temos que encontrar outro tipo de soluções, elas têm que ser desenhadas “à la carte” e um PDM não pode determinar cinquenta modelos diferentes, mas tem que dizer, olhem, vamos criar essas zonas, vai trazê-las aqui à Assembleia Municipal e vamos a partir daí determinar quais são os parâmetros para essas zonas, para que aquilo possa de uma vez por todas ser mais atrativo para a sua reabilitação. Apesar de nós termos aumentado em todos os tipos de solo os índices e os parâmetros são mais importantes, às vezes, este tipo de figuras, porque estas são um plano, ou seja, aí cabe ao plano definir os parâmetros e o que está para além dos parâmetros da classe de solo e isto é muito diferente do que nós estávamos habituados, há aqui uma componente muito mais dinâmica que antes não existia. Outra coisa tem a ver com as ruínas em solo rústico, nós tínhamos em discussão pública a ruína, tínhamos algo que era 30%, dizíamos, uma ruína pode ser ampliada 30%, antes era 20, na maior parte dos PDM é 10 ou 20, nalguma talvez 40. Nós alterámos também essa situação do ponto de vista, um pouco da filosofia do que é esta abordagem do que é a reabilitação em solo rústico. Ora, se eu digo que uma propriedade de 5.000 metros quadrados com a atitude produtiva e sem servidões, se for um solo misto, os tais que a ocupam mais de 50% do nosso concelho significa que tem uma capacidade construtiva no caso de habitação de 500 metros quadrados, contrariamente aos 250 metros de agora, para além das outras funções todas algumas de muita importância para nós, como a atividade turística, a transformação dos produtos, a agro indústria, agora imaginem que têm lá uma ruína e não tem 5.000 metros, até pode ter 3.000, mas tem uma ruína, até onde pode acrescentar, se houver um direito pré estabelecido, que possa ser uma ruína, pode até ao limite da classe de solo, imagine-se a ruína tinha 20 metros, só podia fazer aqui 22 metros, não, pode até ao limite da classe de solo e se são 500 metros, serão mesmo os 500 metros. Isto é uma transformação enorme daquilo que é uma aposta na recuperação e regeneração também dessas ruínas que normalmente ficam por aí paradas no tempo e que são relevantes para uma abordagem mais sustentável de todos estes processo, mas acrescenta uma coisa que é interessante do ponto de vista das vertentes mais amigáveis para famílias, aqui também há uma novidade enorme do ponto de vista de construção de planos na perspetiva do solo rústico, é que nós incorporamos uma figura nova que é habitação bifamiliar, isto significa que em solo rústico, os tais 400/500 metros quadrados de construção numa perspetiva de habitação pode significar que podem lá viver 2 famílias, 2 frações geminadas, significa que o



nosso solo rústico terá capacidade em tese, para atrair mais famílias que pelo facto de ser em solo rústico e serem 2 famílias, em vez de uma por cada unidade predial, aumenta a atração, reduz custos, torna mais colaborativo o processo e, como tal, esta também é uma questão que altera profundamente aquilo que nós estávamos habituados em termos do que é uma utilização do solo rústico em termos do nosso desenvolvimento e muitos dos que aqui estamos sabemos que os tais 43% que hoje temos em termos de licenciamento no município que é para prédios rústicos, operações de licenciamentos são 43% e estão ligadas a prédios rústicos por causa da transição urbano-rural, o Fundão já é atrativo, mas ainda pode ser mais atrativo e é relevante para esse processo, por isso, tanto trazemos diferenciação e discriminação positiva para o coração das nossas aldeias, como também olhamos para o território rústico de forma muito diferente, numa leitura muito mais orientada para as famílias, que é algo que lhe parece que a médio/longo prazo, pode fazer a diferença nesse processo, voltando a salientar, atitude sustentáveis, atitudes produtivas, atitudes associadas às economias circulares, princípios que hoje estão aí e que, de facto, no Fundão que de forma muito óbvia já nós fazemos às vezes sem saber até que estamos a tomar atitudes sustentáveis que devem ser valorizadas, mas também, e repetindo, valorizar quem faz habitação orientada para públicos que não sejam só da classe média/alta ou classe média, pelo que é fundamental que hoje em dia, perante a realidade da habitação, haver muito mais habitação também do lado privado, para aquilo que é o que o mercado de rendas controladas, rendas acessíveis, dos custos controlados e nós majoramos 20%, o que é muita área de construção. Nós estamos disponíveis para majorar 20%, sempre e quando aquelas casas, aquelas habitações se orientem para um problema que temos, que é a necessidade de termos de forma mais acelerada habitação, nomeadamente no mercado de arrendamento e se de rendas acessíveis se tratarem. Isto não pode ser tudo feito pela vertente pública, é muito importante a vertente privada. Aumentamos em 700 hectares, aquilo que são as áreas de edificação dispersa, que não são urbanas, mas trazem alguma abordagem distinta, aquilo que também são os tais aglomerados vizinhos que vão surgindo e que foram surgindo ao longo de muitas das nossas terras, nomeadamente nas imediações das nossas cidades, vilas e aldeias. Outra novidade, nós temos parâmetros para as zonas novas e nós vamos aumentar em quase 600 centros hectares a oferta de solo industrial no nosso concelho, nomeadamente o aumento principal é a mais que duplicação daquilo que é o espaço industrial, junto à A23, trata-se de um aumento brutal em termos dessa mesma oferta e isso significa que olhamos para as zonas



industriais e o solo que já temos industrial, isso quer dizer que nós também queremos consolidar e otimizar, tal como nas zonas consolidadas urbanas, por isso, sempre que estiver em causa um interesse municipal da manutenção de uma empresa no nosso concelho, as questões dos parâmetros na zona industrial antiga têm e podem ser reanalisados, ou seja, se alguém já têm um lote e precisa de expandir esse lote, ao abrigo dos atuais parâmetros nem sequer o podia fazer e pode ter que ocupar outro lote, aumentando a pressão sobre novos lotes, então vamos tentar que na zona consolidada que, com as infraestruturas já existentes, possa haver resposta e possa expandir dentro desse mesmo lote. Parecem princípios muito lógicos, mas é preciso que os nossos regulamentos dessem cobertura. Já falei num PDM mais dinâmico que obriga a muito maior monitorização, avaliação e participação, escrutínio, porque de facto, esta liberdade obriga e carece de responsabilidade, por isso, trazemos estas figuras, das unidades de execução, que são figuras que estão consagradas no nosso ordenamento e que permitem criar aquilo que está entre uma operação de loteamento e um layout de ocupação e de estruturação do que é uma zona sobretudo nova do ponto de vista de espaço urbano. Também trazemos as questões das zonas degradadas, trazemos uma figura da zona de equipamentos em que tem funções mistas, até agora, os equipamentos limitavam-se a uma coisa que era limitar zonas de equipamentos (escolas, parques infantis, etc.), mas agora trazemos outra figura é que na zona de equipamento temos atividades principais, fundamentais e obrigatórios e podemos ter atividades acessórias. Á volta de um equipamento, podemos criar um bairro, se, um equipamento, espero que um dia possa acontecer, for por exemplo um campus universitário no Fundão, essa zona de equipamento, a partir deste PDM, não só a defendemos do ponto de vista de escala, de parâmetros, como também dizemos, pode haver atividades acessórias pode criar-se uma zona de equipamento com uma determinada área, onde inclui isso, mas inclui ainda habitação, comércio, e outras, criando logo uma lógica logo complementar, não precisamos de fazer uma revisão do PDM para isso. A zona de equipamentos tem a lógica de projetos que vamos chamar mais partilhados associados e isso traz oportunidades imensas, mas obriga também a um nível de conceção de projetos e de qualidade. Outra questão tem a ver com a defesa do património natural e construído. Este PDM inclui a paisagem protegida da Rede Natura, inclui uma figura da mata municipal, que para nós é importante, nomeadamente aquilo que é a zona encostada aqui à nossa cidade, o monte de São Brás, a sua encosta Norte é também algo que deve ser restaurado e fala de restauro, já não falo de requalificação, da manutenção e, como tal, essa



área são mais de 100 hectares que se juntam ao parque do convento e cria uma nova abordagem também mais importante na conexão com a Serra da Gardunha e também no património edificado, mesmo que ele não classificado, por exemplo, para além da sua defesa em vários aspetos, tudo o que são igrejas, por exemplo, do século XIX, todas elas têm processo de, vamos chamar de apoio àquilo que é a sua preservação em termos de ordenamento, nomeadamente por causa das questões muitas vezes associadas àquilo que era a gestão de cemitérios, como sabem, nomeadamente antes ou durante ainda século XIX, por isso acha que também é um equilíbrio importante. Terminou dizendo que se trata de um PDM com responsabilidade com mais transparência, diversificando o interesse municipal, a assembleia municipal vai ser chamada muito mais vezes do que aconteceu até agora em termos daquilo que é a gestão do plano diretor municipal, traz as tais figuras dinâmicas que referiu e traz mecanismos digitais para o cidadão e para todos nós que vai permitir monitorizar muito melhor o plano e democratizá-lo. Vamos propor a criação de uma equipa permanente do ponto de vista da monitorização e avaliação do plano. Um PDM mais dinâmico obriga a uma monitorização e fiscalização permanente com o reforço que traz da liberdade criação e de iniciativa, o mesmo é dizer com muito maior responsabilidade e qualidade de processos. Agradeceu a participação de todos, das 588 participações basicamente foram validadas 555, 90%, chegaram por via digital, 82% pelo geoportal. Das respostas todas, 63%, eram privadas, 29 vinham de juntas de freguesia, a parte das empresas e instituições, foram cerca de cerca de 8% no seu conjunto. Disse ainda que 61% das participações validadas, 555 ou 61% tiveram resposta positiva, ou parcialmente positiva, as outras não tiveram. Relativamente às juntas de freguesia, a proporção é muito parecida, o que significa que estes últimos 2 meses a analisar as cerca de 600 participações tiveram efetivamente como motivo único e central a melhoria do plano, sem colocar em causa a substância do plano, dar mais coerência em termos de resposta, agradecendo à equipa que o acompanhou.

**João Leitão** – Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como Anexo 5.

**José Pina** – Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como Anexo 6.

Guilherme Freches – Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 7**.

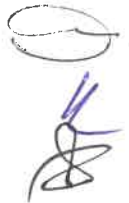
Cristina Guedes – Começou por elogiar este processo que nos deixou bastante satisfeitos pela forma democrática como foi processado, no entanto, o Bloco de Esquerda continua a ter algumas preocupações, nomeadamente com os planos regionais de ordenamento florestal que deviam ser vertidos no nosso PDM. Relativamente às zonas de lazer também ficam aquém do desejado e voltamos à questão de sempre, para quê ter zonas de lazer para se elas se manterem interditas, como acontece com alguns parques que ainda temos na nossa cidade.

Rogério Hilário - Começou por felicitar a Câmara Municipal e na pessoa do Senhor Presidente, agradecer também a todos os técnicos que trabalharam neste documento que tem muito valor, excecional, bem construído e que, naturalmente vai criar muito valor ao território daqui para a frente. É verdade que estamos numa revisão do PDM. Por si só, a sua flexibilidade, a inovação, a inclusão, a participação, as dinâmicas que pode construir, não só em termos daquilo que é a atividade económica, mas também naquilo que é a responsabilidade social, o lazer, as questões ambientais são fundamentais para o desenvolvimento do concelho. Trata-se de um documento que perspetiva uma visão muito para lá de 10 anos e temos a certeza absoluta que estamos em perfeita transformação sócio económica e até demográfica, pela primeira vez. Basta só pensarmos na questão das reconstruções das ruínas que temos por todo o concelho pode ser um potencial enorme, a questão de utilização do solo rústico e aquilo que é a ampliação do solo urbano, quer dizer que preparamos um concelho para aquilo que são dinâmicas e potenciais vetores de desenvolvimento para o futuro. Claro que o voto da bancada do P S D é um voto a favor deste excelente documento.


Maria Ressurreição - Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 8**.

Presidente da Câmara – Começou por agradecer todas as intervenções sem exceção, porque em todas as intervenções, encontrou algo que num ambiente de discussão de um documento como este não é usual encontrar aquilo que são formas construtivas de defender e argumentar para bem do Fundão. Como sabem, em documentos como estes, que mexem com uma multiplicidade de questões, mas também de interesses é algo que fica bem, porque também são momentos como estes em que nos devemos sentir orgulhosos na maturidade






alcançada, nem sempre é assim, nem sempre é assim em muitos lugares por esse país fora, por isso, acho que devia ter esta nota, porque é uma nota que lhe parece muito válida e pode sentir-se grato em nome do seu executivo e também das equipas que trabalharam muito neste processo. A questão do solo rústico é para nós uma questão muito importante, porque 97,3% do território do Fundão relativamente ao plano que aqui está a ser apresentado é solo rústico, apenas 3,7% do território é solo urbano, por isso temos 97,3% de responsabilidade de olharmos para o solo rústico de uma outra maneira totalmente diferente, do que olhamos até agora em termos da criação de valor, da coesão do território, dos novos processo de atração do território que têm a nossa agricultura, tem questões de produção primária muito importante, mas também os novos serviços rurais, os do turismo, os ambientais, aqueles que se prendem com os novos estilo de vida, são questões muito relevantes que trouxemos e acelerámos nos últimos 2, 3 anos, porque, de facto, o mundo não parou. O PROT Centro que é o tal documento que foi refletido pelo Plano Nacional de Ordenamento do Território, que diz para seguir-mos aquilo que os planos regionais dizem, não foi aprovado, ou seja, do ponto de vista formal e legal, o PROT centro não existe e diz isso também como uma pessoa que tem muitas responsabilidades na elaboração desse plano, porque foi o relator desse documento e para muito pesar seu o mesmo nunca foi aprovada em nenhum Conselho de Ministros na última década, ou seja desde 2011, ele está pronto desde essa data mas até agora não foi aprovado, ao ponto de há mais ou menos um ano e meio, ele se reiniciar, com a elaboração, novamente, do PROT Centro, porque o último, com o passar dos anos ficou completamente desajustado à realidade, por isso, está neste momento a ser elaborado e como tal, havia um vazio que noutras regiões não acontecia. Os PROT's já determinam métricas de forma muito direta, pelo que ao não termos essa questão e pelo facto de não a Associação Nacional de Municípios, não é que fazes jurisprudência, mas quando a Associação de Municípios nos manda o parecer do Penepot e é isso que temos de levar em conta. Nós incorporámos na tal medida, o tal ponto 2 B, referido pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Orca é uma a uma migração dessa mesma reflexão que o Penepot, partilhou e enviou para a Associação Nacional de Municípios que nós agarrámos e adaptámos à nossa realidade. Por outro lado, equipamentos não significam uma única ação, significa poder haver planos onde juntamos equipamentos coletivos com habitação, espaços comerciais, espaços verdes. Sabe bem que os espaços verdes nunca são demais, mas há pouco quando ouviu dizer que o PDM não trazia espaços verdes, quando eles quase que duplicam, estamos a falar em mais de 120 hectares de espaços verdes relativamente ao que temos atualmente, ou seja percebe que era bom termos mais, mas nós temos espaço verdes que nunca formalizámos em termos de PDM e temos joias da coroa, paisagem rural, parte dela até muito protegida e muito relevante em termos daquilo que é o nosso processo social. Mais de quarenta entidades acharam que nós estávamos com uma estratégia e com alguns dados que lhe começavam a dar cobertura, mesmo que não tivesse totalmente refletidos naquilo que são censos, nomeadamente aquilo que são os saldos migratórios bastante mais recentes do que aquilo que aconteceu até 2018/201919 como referência, censos anteriores, 43 entidades acharam que, de facto, havia qualquer coisa eventualmente diferente, que valeria a pena



esperar para ver, na perspetiva daquilo que era a nossa estratégia de desenvolvimento entre os diferentes perfis de investidores, de empresários que aqui temos, de atividades económicas que aqui temos, de outras atividades que querem para aqui mudar e também dos perfis dos fundanenses toda a vida, com os novos fundanenses que estamos a atrair. Isso é diferente em muitos aspetos de dinâmicas que estão a acontecer nos territórios, mas estas com a dimensão que nós já estamos a ter, não as têm e as entidades acharam que isso era condição suficiente da análise deles e não foi uma nem duas, são 43 entidades e praticamente nenhuma aldeia do nosso concelho teve redução do seu perímetro, por isso, o princípio de que é tirar tudo o que não foi utilizado, nós conseguimos aguentar e aguentamos aumentos dos perímetros urbanos muito à conta também da atividade económica, criámos uma área muito significativa para a atividade económica ligado às áreas dos perímetros urbanos e também aquilo que há pouco disse, um bocadinho a democratização daquilo que são o uso, nomeadamente os proprietários do solo em termos rurais e urbanos. Este é um PDM que podemos desconfiar da sua estratégia, podemos não estar de acordo com ela, mas é um PDM que declina de facto de uma estratégia, não é um ordenamento por ordenamento. Sobre o rendimento só mas todo o rendimento, tanto quanto sabe, nós, neste momento, devemos ser na região o segundo concelho com rendimento *per capita* maior logo a seguir à Covilhã, que tem toda a estrutura universitária do ponto de vista de serviços e de ordenados, o que aumenta muitíssimo aquilo que é a parte da média, mas já ultrapassámos, por exemplo, a Guarda, e devemos estar perto de alguns municípios daquilo que é a chamada Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente a Norte, por exemplo, Loures, provavelmente já estamos a menos de 100 euros do que é a média daquele concelho. Quando olhamos para aquilo que ganhava um jovem altamente qualificado há 15 anos ou 20 anos, quando comparamos com o que ganha hoje em salário real, as notícias não são boas e são questões que todos nós sabemos, lidamos com isso, com tristeza, por isso, há áreas onde existe uma apetência, por razões até geracionais, áreas mais novas, onde há muito mais gente nova entrar no mercado de trabalho, mas o que acontece é que, quando comparado com aquilo que o membro José Pina aqui partilhou e que é verdade, que olhamos para os mais qualificados e nós estamos a ver que isso se traduz efetivamente numa subida proporcional do rendimento, essa questão é um problema, diria de nossa sociedade atual, não podem dizer que é um problema do Fundão. Assim, não há outro caminho, diversificar a atividade, criar mais valor, fatores mais tecnológicos e inovação que aqui colocam, partilha desses fatores com as atividades tradicionais, crescermos em conjunto, mas o certo é que, infelizmente, os salários reais no nosso país, não têm estado a acompanhar o esforço brutal de uma geração em termos daquilo que é o reforço e a capacidade muito maior que hoje têm em termos de qualificações. Essa é uma realidade que se ela não acontecesse, se calhar hoje estaríamos próximos de um dos cerca de 1000 euros, eventualmente, de rendimento médio do salarial, o que era, de facto, algo muito relevante para nós. Disse ainda que um último aspeto se prende com esta questão, quem faz? Referiu que este PDM exige um processo de continuidade, até chamou a fiscalização sucessiva, porque é um PDM que tem na sua abordagem, um desafio, em que nos desafiamos a fazer melhor do que fizemos até agora e a





tomar melhor conta das vossas propriedades, a fazer habitação mais sustentável. Nós criamos condições para democratizar o acesso a um dos capitais físicos mais importante que é a utilização do solo, isto é a ferramenta que aqui colocamos e majoramos quem faz melhor, majoramos as boas práticas, mas é um desafio e se é um desafio e para sermos coerentes com esse desafio, nós vamos fiscalizar, porque quando eu digo 5.000 metros, mas tem que gerir a sua propriedade, não é só limpá-la mas também geri-la, pode ter uma horta de autoconsumo, pode ter uma micro produção agrícola, pode até ter estruturas daquilo que são hoje as chamadas de economia circular, circuitos curtos de transformação de produto, seja o que for, agora aqueles 5.000 metros têm que estar geridos e têm que diminuir o seu risco do ponto de vista de incêndios e tem que ser um exemplo dessa parte. Podem dizer, mas isso é muito difícil, não, isso é o que nós fazemos praticamente todos os dias. Uma das medidas que temos no PDM que aumenta 20% a majoração na habitação coletiva é que quem tenha já integrado nos prédios, as centrais de compostagem para fazer aquilo que é o tratamento dos orgânicos, pode ter uma majoração de 20%. Traz isto aliado a este processo das economias circulares porque muitos se esqueceram, nomeadamente a APA, que na nossa região, há uma coisa que chama alimentar os animais e isto é um dos princípio da economia circular, que nós chamamos economia circular, e isso é uma questão importante dos princípios da economia circular em meio rural, é uma prática de economia circular, por isso, ter uma propriedade tratada, ter alguma produção do quer que seja, nem que seja para autoconsumo, ter um terreno limpo do ponto de vista sustentável, ter este tipo de práticas, até na perspetiva do que são economias circulares, são aquilo que dá hipóteses, a possibilidade, em momento de apresentação do projeto, na memória descritiva tem que dizer o que vai fazer e depois temos a fiscalização sucessiva para analisar e este PDM, tal como está, se não for levado a sério o princípio da fiscalização sucessiva vai fazer com que aqueles que fazem bem, menos bem ou mal sejam tratados em igualdade e isto mata este PDM. Este é um PDM que protege quem faz melhor, quem valoriza melhor, quem tem as melhores práticas e favorece esse tipo de práticas que são os desígnios e os desafios de um concelho como o nosso no século XXI. Se nós tratarmos tudo por igual lá se vai o fator que pode fazer a diferença e nivelamo-nos rapidamente por baixo, mas tem a esperança de que este instrumento ajude muito o Fundão a melhorar a qualidade de vida dos seus concidadãos e ajude os concidadãos em conjunto a ajudar cada vez mais aquilo que é o desenvolvimento também do nosso concelho. Finalmente disse que nós nestes documentos do PDM, temos muitos regulamentos e aquilo que muitas vezes se chamam de lapsos e erros de natureza material, ou seja, por exemplo, a sequência numérica não está correta desformatou-se, a figura da legenda tem um número diferente, algum erro ou gralha ortográfica, que de facto apareça, está na legislação que essas questões materiais, são de correção automática e cabe à equipa ou ao promotor do documento poder fazer essas correções. De todas as maneiras gostava de dizer que algumas gralhas que formos encontrando vamos procurar resolvê-las ainda no documento que se vai publicar na segunda-feira, mas também para futuro, porque como aqui foi já explicitado são muitos documentos e é natural que possa haver alguma desformatação, alguma gralha que quando detetada será corrigida, pelo que solicita

autorização á assembleia municipal para que estas correções sejam efetuadas pelos serviços técnicos municipais, propondo ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que esta autorização seja enquadrada na votação geral do plano que se seguirá.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 33 votos a favor, 12 abstenções dos membros José Pina, Luís Batista, Miguel Covas, Marina Nascimento, Mariana Morgadinho, Tiago Monteiro, João Carlos Pereira e Maria Isabel Justino e um voto contra do membro Maria de Jesus Abelho.

A Senhora Presidente da Junta de Castelo Novo, Maria de Jesus Abelho, apresentou uma declaração de voto que se junta à presente ata como **Anexo 9**.

**3. Apreciação e votação da Proposta – Aprovação final do “Regulamento Municipal de Intervenção na Via Pública”, nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro**

Não havendo interessados em usar da palavra neste ponto da ordem de trabalhos, foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade

**4. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação final da “Carta Social do Fundão e do Plano de Desenvolvimento Social”, nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;**

**Guilherme Freches** – Disse que só queria enfatizar que hoje tivemos aqui um processo que também combinou de uma discussão pública e que há claramente diferentes discussões públicas, porque para esta carta social nem sequer houve uma publicação no Facebook, após a publicação em Diário da República. Do nosso lado o que lemos e ouvimos e que também escutamos de outras entidades foi a de que falta um verdadeiro foco na área da saúde ao nível das iniciativas presentes no concelho, existem lacunas no diagnóstico das populações vulneráveis, como, por exemplo, as famílias monoparentais e um total esquecimento de uma análise na área das dependências com e sem substâncias. Não obstante votamos a favor.

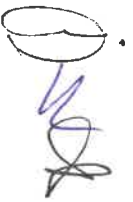
Não havendo mais intervenções foi o mesmo colocado a votação e aprovado por unanimidade.



**5. Apreciação e votação da Proposta- Aprovação do “Projeto de Regulamento para Atribuição Excecional de Incentivos à Fixação de Profissionais de Serviços Públicos Essenciais no Concelho do Fundão – Saúde, Educação, Segurança” nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;**

José Pina – Começou por afirmar que esta declaração, não vincula a sua bancada é uma declaração própria, se tivesse de votar este plano votava contra, mas como é para discussão pública, vai votar a favor, porque, de facto, há uma quantidade enorme de questões que se podiam colocar e que merecem alguma reflexão. Situações de atestado médico, eventualmente podem merecer ou não é o ponto 14 não diz por exemplo se um trabalhador tiver atestado médico por um período de X meses, se perde ou não perde estando abrangido, que tipo de comissão de acompanhamento é, o tipo de horários. De seguida perguntou se a GNR também tem soldados a tempo parcial, quando se coloca tudo no mesmo saco, acha que os soldados estão sempre a tempo inteiro. Vamos reservar a nossa intervenção no período de discussão pública para acrescentar algo ao plano para que se torne, de facto, eficaz e capaz de responder aos problemas que todos nós vamos sentido nos tempos que decorrem em qualquer destas áreas, seja na saúde, na segurança ou na educação.

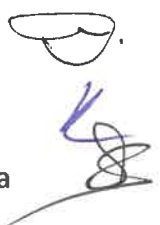
Guilherme Freches – Começou por fazer suas as palavras iniciais do membro José Pina, se isto fosse a proposta final, acha que votava contra, mas vamos dar aqui uma oportunidade à discussão pública, mas num ponto inicial deve dizer-se que mencionar a ARS centro não faz muito sentido uma vez que ela vai ser extinta, portanto, se calhar devia aqui já falar-se da ULS Cova da Beira, mas é para todos nós o obvio que são necessárias medidas de atração de profissionais qualificados, para ajustar os serviço essenciais da nossa população. Por poro lado e até por uma questão até mais ideológica, não concordam que tenham de ser as câmaras municipais a ter este papel sob pena de criarmos aqui estes interesses mercantis, colocando os concelhos uns contra os outros, até numa lógica de leilão que já se referiu tanto na reunião de câmara como hoje aqui já várias vezes, mas mesmo abstraindo-nos desta questão de princípio e até concordando que estamos numa situação de emergência tal, que precisamos mesmo de um programa de incentivos deste tipo, não sabe se conseguimos votar



a favor deste programa porque há uma total opacidade do que serão os critérios de seleção dos candidatos, depende sempre tudo da cabeça do senhor presidente da Câmara, o que é que vai ser operação final do apoio concreto para cada situação, especialmente quando temos aqui apoios para três profissões diferentes, há concelhos onde este tipo de apoios tem um valor fixo tabelado de acordo com alguns critérios objetivos, pelo que pergunta porque é que não foi tomada esta opção aqui, neste caso.

**Rogério Hilário** – Disse que isto é aquilo que já tinha referido na sua primeira intervenção, mais uma vez temos a necessidade de substituir o poder central, por forma a ajudarmos a fixar nas terras do Interior, aquilo que são direitos que nós temos, médicos, professores e até forças de segurança. É pena que tenham de existir estes custos de contexto, mesmo para o cidadão, falou da questão das portagens, como poderia falar de outros, pergunta-se, mas porque é que não somos atrativos, sendo evidente que a mobilidade é um problema, a questão do território bastante distante em termos de pontos, faz com que muitas vezes os custos de viver aqui e ter qualidade de vida, sejam antagónicos e muita gente não escolhe a estas regiões por oportunidade e então temos que necessariamente substituímos até financeiramente àquilo que poderá ser uma necessidade, senão um dia destes não teremos. Deixou ainda nota de que viver em Lisboa é extremamente caro, é verdade, mas por 40 euros consegue circular-se em todos os transportes durante o mês todo, no entanto os mesmos 40 euros, não lhe chegam para uma viagem a Lisboa, porque são precisos mais 40 para regressar e isto é o problema da interioridade e é aqui que nós devimos reivindicar e aqui que devemos estar solidários e unidos, e dizer, seja qual for o Governo deve olhar para nós de uma forma diferenciadora.

**Presidente da Câmara** – Disse que ia só dar conta da importância da discussão pública, nós temos agora mais de 2 meses pela frente para melhorar o documento e gostaríamos que viesse à Assembleia Municipal de Dezembro para aquilo que pudesse ser a sua aprovação final e não termos medo da participação em sede de discussão pública. A discussão pública é importante e é formal nós tivemos uma enorme participação no PDM do Fundão, esteve a ver uns dados e por exemplo o PDM de Sintra teve pouco mais de 1000 participações e tem cerca de 400.000 pessoas. O nosso PDM teve 600 participações e temos 27.000 pessoas, por isso, devemos ter orgulho naquilo que é a nossa comunidade, sendo até uma participação que nos dificultou a vida. Informou porque se esqueceu há pouco que a pessoa que está à



vossa frente não aprendeu ao ser relator de um PROT que não foi aprovado e agora volta a ser relator do novo PROT para os 78 municípios que estão no ordenamento da Região Centro, recebeu no ano de 2011 cerca de 1100 participações da região centro toda, isto só vez para valorizarmos aquilo que aqui aconteceu do ponto de vista de participação. O que pede, nomeadamente até ao membro José Pina é que, que na participação pública, por exemplo, algumas das questões que colocou hoje numa área que lhe é muito cara, que é, por exemplo, a área do ambiente, que faça também participação formal, porque relativamente à questão do PDM sentiu pessoalmente a falta de participação mais formal do membro José Pina, apesar de informalmente, temos conversado muitas vezes sobre isso, mas a participação formal é importante em processos como este pelo pede que o façam e contribuam para a melhoria do documento e tragam esses contributos no tempo útil, porque depois quando chegámos ao final dos documentos, chegamos também ao final da participação pública e o documento está fechado. Há uma coisa que também pede alguma atenção, estamos a falar de algo que hoje, com as indicações que colocamos, o tipo de apoios, pode em 6 meses alterar-se profundamente, ou seja, tem que haver aqui capacidade no próprio regulamento, que é um regulamento municipal, por isso, qualquer alteração no limite tem que vir à Assembleia Municipal, que criem também no regulamento, onde é que essa componente da monitorização e adaptação se coloca, se é algo que são um conjunto de critérios que se aprovam anualmente em sessão de câmara, algo que tenha alguma flexibilidade com conhecimento da Assembleia, mas atenção que mesmo aquilo que ali está hoje parametrizado, eventualmente insuficientemente parametrizado é discutível se pensarmos naquilo que é o cronograma que aí vem e não sabemos muito bem o que é que virá, por exemplo, a política de habitação para professores é uma questão que está na hora completamente ordem do dia e admite que possa haver, por exemplo, abertura do PRR, nomeadamente na nossa estratégia local de habitação, que é um documento que foi aprovado por unanimidade nesta assembleia que é muito importante até para alguns dados que aqui já foram colocados em termos de futuro, não sabe se não vai haver uma alteração profunda, eventualmente o Estado também entre através do PRR com esta questão e aí faremos com certeza uma alteração daquilo que é o pressuposto inicial do apoio ao professor que tem na casa, como repararam no regulamento, o fator a chave e por razões por todos entendíveis.




José Pina – Disse que não leu todas as páginas dos documentos que nos foram dados para o PDM, mas leu muitas centenas delas, leu o regulamento, o relatório da avaliação estratégica ambiental há uma série de documentos que, de facto leu e ficou com a ideia daquilo que é o âmbito e a dinâmica deste PDM e desta proposta de PDM, que coloca numa posição bem distinta daquilo que será um regulamento ou um plano que está agora aqui em discussão, que é muito mais fechado, não irá permitir uma dinâmica tão grande e, portanto, a esta sua intervenção que agora manifestou de poder entrar numa discussão pública relativamente ao plano que está aqui em discussão ou uma intervenção semelhante relativamente ao PDM, são coisas completamente distintas e enquanto membro desta assembleia municipal, acha que seria o local indicado e não outro para poder dizer aquilo que pensa acerca do documento.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 46 votos a favor e 1 abstenção.

**6. Apreciação e votação da Proposta- “Plano de Recuperação e Resiliência Nacional – parcerias entre o Município do Fundão, a CIM-BSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras Serra da Estrela e o IRHU, I.P. – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana”, nos termos do disposto na alínea k) do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;**

**Presidente da Câmara** – Disse que há algum tempo atrás, talvez na última assembleia, trouxemos um uma proposta para podermos acelerar a execução no âmbito do PRR na habitação, trouxemos um pedido de passagem de alguns dos pressupostos que a assembleia tem em termos de aprovação para aquilo que podia ser a Câmara Municipal, de forma a acelerar processos administrativos, financeiros, de ação orçamental para a execução do PRR na área da Habitação, nomeadamente as três dimensões, que é o primeiro direito, o programa Benault até um ano, habitação urgente até um ano e, talvez o maior que temos, que é aquele para a criação de casas a rendas acessíveis em que nos foi aprovado um plafond de 30 milhões de euros para executar, referentes a cerca de 270 fogos na cidade do Fundão. Entretanto quis realçar que tivemos a visita da ministra da habitação há relativamente pouco tempo aqui no nosso concelho, também numa perspetiva de acelerar processos e verificar in loco alguns e foi-nos enviado um contrato inter administrativo relativamente à terceira



dimensão, rendas acessíveis entre o IRU (Instituto da Reabilitação Urbana), a Câmara Municipal e também a CIM Beiras e Serra da Estrela, este contrato diz e vem aqui porque é competência da Assembleia Municipal. Assi, o contrato administrativo é uma minuta, mas, sobretudo ela pode ter agora execução na primeira fase dos tais 30 milhões de euros, no prédio rústico aqui no Fundão, prédio com que tem o artigo 5.555, descrito na Conservatório com o número 440 que é o terreno em frente ao cemitério do Fundão, um prédio que está hoje em terra batida, e aí está previsto fazer uma oferta e construir-se uma oferta de habitação a rendas acessíveis, promovida pelo IRU. Esse contrato inter administrativo diz que delega o IRU na Câmara Municipal todos os processos de procedimento deste projeto, lançamento de concursos, fiscalização e a obra física, sendo que o promotor é o IRU, a propriedade daquelas frações vai ser do IRU e depois quando concluídas a haverá um processo de gestão partilhada daquela bolsa para se colocar ao dispor das pessoas que queiram servir-se dessas rendas acessíveis que tanta falta fazem hoje no mercado habitacional.

**Cristina Guedes** - Relativamente à reabilitação urbana e à intervenção do município na via pública, lembrou a necessidade da eficaz intervenção preventiva nos coletores de águas pluviais para evitarmos as situações de cheias que ocorreram no mês de setembro, as condutas não estão dimensionadas para os fenómenos de alterações climáticas, ou com o aumento de caudais que advém da desertificação e deslocação de terrenos provocada, também, pelo número de incêndios.

**Luís Batista** – Após os cumprimentos disse que desde o ano 2015, o Partido Socialista incluiu no seu programa de Governo a habitação como uma prioridade e que em 2019 foi aprovada na Assembleia a Lei de Bases e que decorre também daí a forma como os municípios se devem candidatar aos apoios do Estado e comunitários em termos de habitação. Após o tempo pandémico enquadrado nos mecanismos europeus foi criado o PRR nacional nas suas nove componentes, uma delas na parte da resiliência incluiu a parte da Habitação e nesta inclui a parte da requalificação urbana, a oferta de habitação acessível, bem como lançar medidas de habitação social e de apoio às famílias. É preciso ver que o PRR tem de estar executado até final de 2026 e, portanto, temos 3 anos e 3 meses para a sua execução. Esta é uma oportunidade de ouro para que o Fundão resolva o problema da habitação para pelo menos



uma geração e possa também resolver um dos problemas para a fixação no concelho, esta oportunidade não pode ser perdida. Em termos da CIM BSE temos quase um terço do número de fogos, apesar do documento não estar fechado e em termos médios pelo número de fogos, temos à volta de 100 metros quadrados por fogo, o que dá uma tipologia tipicamente T 3, mas também vejo que o custo por metro quadrado está acima na ordem dos 20 aos 80% em termos de custo médio de construção no Fundão e no distrito de Castelo Branco, portanto, há condições mais do que vantajosas para que o programa seja escutado e enquanto Partido Socialista do Fundão, aqui estaremos para ajudar na sua execução até final dos 2026.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

**7. Apreciação e votação da Proposta – “Reconhecimento de Interesse Municipal da Empresa Vascom – Cabos e Termómetros Unipessoal, Lda. e aprovação da redução de 75% do IMT e IMI”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro**

**José Pina** – Disse que iam votar contra por uma questão de interpretação entre a que faz o senhor presidente da Câmara e a interpretação que nós fazemos do município, pelo facto de estar abrangido no FAM não poder atribuir este tipo de benefício. Depois disse ao Senhor Presidente para pedir autorização ao FAM porque não vêm explicitamente em lado nenhum que o FAM autoriza.

**Rogério Hilário** – Disse que se não estiver enganado daquilo que leu é um investimento para o interior do concelho, para Silves e pode ser o primeiro de muitos, acha que merece aqui uma ressalva que relativamente não só ao próprio centralismo do concelho, mas é uma empresa que já existe, vai aumentar, vai trazer riqueza e é destes projetos que aqui estamos para votar a favor.

**Cláudia Pereira** – Disse que era com orgulho que auxiliou a empresa a proceder a estes pedidos, também a participar na hasta pública em que foram postos os lotes da zona industrial Silves, será a primeira, espera que seja a primeira de muitas e agradece ao

município que tenha na sua boa vontade proposto esta declaração de interesses em benefício da empresa.

**Cristina Guedes** – Disse que a votação contra do seu grupo não é contra o empreendedorismo das empresas, nem pouco mais ou menos, mas sim uma questão de uniformizar os critérios e serem contra a forma.

**Presidente da Câmara** - Relativamente à última intervenção, lembrou que estes tipos de apoios têm cobertura em regulamentos municipais, ou seja, não são questões, vamos chamar casuísticas ou de uma discriminação a pedido, por assim dizer e o principal instrumento até foi aprovado por unanimidade nesta mesma Assembleia Municipal. Ao dia de hoje, podemos achar que a forma como foi aprovado, não seria que a senhora deputada gostaria, mas há uma forma e há um enquadramento de regulamento municipal que, em boa hora tem dado bons frutos naquilo que é a valorização dos investidores, mais ainda neste caso, já que há bastantes anos se está à procura de um investimento no espaço de Silvaes e está certo que, neste momento, os astros estão todos alinhados e que este investimento vai para a frente, trata-se de uma empresa de grande valor, empresa já em implantada que pode ali crescer, esperando também que seja a primeira de outras. A outra questão é uma intervenção também recorrente, referindo que a própria legislação enquadradora do FAM discrimina num artigo que no que toca à discriminação de investimentos que tenham impacto positivos nos territórios, neste caso, nos concelhos, essa questão está prevista e por estar prevista é que nós, em todos os processos e esta é a metodologia que temos com o FAM, damos conhecimento ao FAM, à posteriori de ser aprovado, porque o FAM naquilo que foi a resposta que nos colocou e aquilo que temos entre nós, do ponto de vista do que é a harmonização de processos, nunca iria votar ou manifestar-se contra algo que a lei permite e que está mais que justificado em termos de valorização dos territórios e o seu impacto é que empresas que investem no concelho têm seguramente sempre impacto positivo associada aquilo que são os seus processos de desenvolvimento. Esta é a metodologia que temos há pelo menos 5 anos a esta parte e já tivemos inspeções depois disso.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 26 votos a favor, 9 votos contra e 1 abstenção.


O membro José Pina apresentou uma declaração de voto que se junta à presente ata como **Anexo 10.**



**Presidente da Mesa** – Disse que antes de passar a palavra ao público que já manifestou interesse em participar nesta assembleia queria agradecer aos senhores membros da assembleia a forma como esta assembleia decorreu e ainda dar uma palavra de apreço à Câmara Municipal na pessoa do senhor presidente e toda a equipa técnica que teve o prazer de acompanhar nos seus trabalhos de elaboração do PDM. Quis também valorizar a enorme adesão dos nossos cidadãos que interagiram neste processo, nomeadamente através da elevada participação na discussão pública, bem como um agradecimento a todos os seus colegas da mesa da Assembleia Municipal.


### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Graça Passos** – Disse estar aqui enquanto cidadã e membro da Quercus de Castelo Branco e está aqui para partilhar as preocupações da sociedade civil e exortar a Assembleia Municipal e o executivo camarário a tudo fazerem para preservar os recursos naturais do Fundão que são estratégicos para a região e para o país. Fogos, desmatção, agricultura intensiva com a erosão do solo e pesticidas e centrais de biomassa ou fotovoltaicas constituem as principais ameaças em todo o país, parecendo problemas diferentes, todos derivam da mesma raiz, o desligamento da natureza. Agimos como se a espécie, a nossa espécie não fizesse parte do planeta Terra que nos gerou e sustenta, achamos, pois, que podemos usar a natureza como mero recurso para obter lucro a curto prazo, cada vez mais rapidamente, consumindo tudo o que os mais novos precisam para sobreviver, como explicar isto aos nossos filhos. Nada disto é novidade, todos sabemos o que está a acontecer, portanto, o que importa agora é saber o que cada um de nós faz e o que fazem as instituições a que pertencemos para resolver esta situação que é necessário vincar, foi criada por nós humanos. Continuando, deixou algumas perguntas, o projeto Secret Fire, bem conhecido pelo executivo camarário que tem em conta estabilidade económica das populações, criou ferramentas muito interessantes como é o caso



do Ordenamento do Território que estas ferramentas criam condições contrárias à deflagração de incêndios, à perda de recursos hídricos e da biodiversidade e à degradação dos solos e, conseqüentemente à desertificação humana. Pretende o executivo investir, implementar de forma eficaz estas ferramentas, quando e como? Em relação à central de biomassa do Fundão, perguntamos se têm conhecimento que as pilhas de estilha entram em autocombustão libertando gases com efeito estufa e partículas de dimensão reduzida. Perguntamos também se têm conhecimento que estas partículas são muito perigosas para a saúde cardiorrespiratória das populações e, nesse caso, que medidas estão a ser tomadas no sentido de eliminar a sua ação. Terceiro, o Fundão detém uma mancha de carvalhos preciosa para a região e para o país, mas que está a ser destruída, quer por incêndios, quer de desmatção, perguntamos se executivo e a Assembleia Municipal compreendem a necessidade imperativa de proteger os carvalhos e, nesse caso, que medidas existem nesse sentido? Estamos a favor das centrais fotovoltaicas, mas contra a falta de ordenamento da sua localização e a câmara aqui tem uma palavra a dizer. Por outro lado, a instalação de unidades agrícolas industriais de monocultura intensiva está a ganhar terreno em toda a região. Será que há alguma medida pensada para limitar, para determinar o máximo diário que podem ocupar neste concelho. Por último, estão pensados incentivos à prática de práticas de produção agrícola, regenerativas como a agricultura biológica, agroecologia, etc. Finalmente disse, que a situação atual requer muitas mudanças e esta transição não se fará sem a cooperação entre todos os atores em campo, por isso, termina sublinhando a disponibilidade da Quercus para colaborar na implementação de medidas que preservem os recursos naturais do concelho.

**Fernando Andrade** - Disse ser provável que muitas das pessoas presentes já a conhecem e está aqui em nome da Associação dos moradores do Sítio da Grameneza. Esta associação nasceu da necessidade de legalizar, neste caso de legalmente nos unirmos e defendermos os nossos direitos a viver em ambiente sadio e a recuperarmos o sossego e tranquilidade para que tenhamos uma qualidade de vida a que temos direito enquanto cidadãos. Temos assistido ultimamente a uma destruição avassaladora do meio ambiente que nos rodeia, tanto a nível sonoro, como paisagístico e atmosférico, os interesses económicos predominantemente individuais sobrepõem-se ao bem-estar da população, esperamos que, com esta revisão do PDM, infelizmente não ouvi hoje falar aqui no mapa de ruído, finalmente este PDM ordena



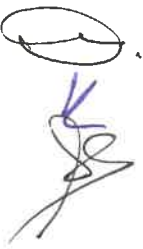
devidamente e faça respeitar os limites, para que todos possamos de uma forma respeitosa e cívica, conviver serenamente, sem haver prejuízo para ninguém, por excessos e abusos que ponham em causa o bem-estar da população e que tanto têm contribuído para a degradação da saúde pública. É do conhecimento geral, o impacto negativo que a localização da central de biomassa do Fundão está a causar aos residentes da Grameneza pelo que gostariam de saber se o município do Fundão desenvolveu alguma medida em parceria com a direção-geral de saúde, no sentido de averiguar as condições de saúde cardiorrespiratórias da população local para determinar se houve deterioração da mesma devido à laboração da central de biomassa do Fundão. Para além da exposição a níveis sonoros abusivos, a exposição a fumos e poeiras, podem e estão a causar danos na saúde dos moradores que são irreparáveis, constituindo ameaças concretas à saúde pública e qualidade de vida desta população. Ultimamente temos assistido à combustão lenta da estilha que se encontra amontoadas no parque de madeiras, isto está a causar grandes transtornos às pessoas que moram em redor do central, porque as pessoas nem podem sequer secar roupa, aqueles fumos e aquelas poeiras nas penetram nas habitações. Disse também saber de fonte segura que o resto da quinta onde se situa a central de biomassa do Fundão ainda é pertença do município, existe nela um belo olival tradicional certamente com mais de 100 anos, existem várias árvores autóctones e pontos de água, assistimos recentemente a destruição de parte da quinta das nogueiras, uma tristeza, como esta muitas outras tiveram o mesmo fim em prol da “febre” dos painéis fotovoltaicos, assim vem em seu nome e de tantas outras pessoas que já estiveram aqui presentes e que moram em redor daquele local, pedir ao município do Fundão que preserve o que resta da quinta da Grameneza, de forma a manter o que resta de natureza e biodiversidade, para colmatar um pouco o mal causado pela central de biomassa e centrais solares que estão a proliferar à nossa volta. Esperamos que esta revisão do PDM e com o mapa de ruído que ainda não ouvi falar dele, finalmente, possamos viver um pouco mais tranquilos, sem ser incomodados por excessos e abusos de alguns e que se dê mais valor ao meio ambiente, como a própria lei prevê nenhuma atividade comercial, industrial ou de serviços, se deve sobrepor ao bem-estar da população. Muito obrigado pela atenção.

**Presidente da Câmara** – Agradeceu as intervenções e disse que todo este processo associado à central de biomassa, neste momento, está numa fase muito crítica relativamente ao processo judicial que está a decorrer e, como tal, nada que possa querer dizer, o dirá sem



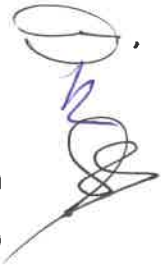
pensar primeiro naquilo que é um momento em que estamos, num ato público, numa Assembleia Municipal e, obviamente, esta questão tem que ser ponderada, mas há partes que não têm a ver propriamente com o processo onde pode e devo manifestar-se, nomeadamente, uma questão que tem a ver com o ordenamento e uma das questões associadas ao ordenamento que não era uma questão assim tão o simples, se não tivesse havido, de facto, esta experiência difícil de dentro do parque industrial do Fundão se ter definido uma central de biomassa que está a ter estes impactos, de facto, não era muito obvio não haver uma utilização, vamos chamar mais intensiva de toda aquela área entre a autoestrada e o atual parque industrial, em termos daquilo que podiam ser componentes urbanas, ou até ampliação futura do Parque industrial. Esta circunstância, esta situação levou do ponto de vista de planeamento urbano, em termos da projeção, como todos tiveram, já, eventualmente, oportunidade de ver que a expansão toda do Parque industrial do Fundão passasse para outro lado da autoestrada e não continuasse num corredor relativamente contiguo, que ali se colocasse até por outra razão, até vou mais de a expansão urbana mais intensiva. Houve até propostas, de vários participantes para se criar uma linha de ligação entre aquilo que chama-se a variante Manuel Frexes até ao parque industrial por esse lado, situação essa que não acedeu exatamente para salvaguardar todo esse corredor mais rural que se estabelece naquela zona, fazendo a inflexão para aquilo que é um ponto da ponte por sobre a 23 que será uma das linhas futuras de entrada e saída da cidade que vai passar, uma delas para o lado de lá da autoestrada, aproveitando aquilo que é o futuro do loteamento industrial que ali possa, de facto, surgir e era mais fácil para quem conhece aquela zona, muito mais fácil, até do ponto de vista por e duro de equipamentos e de intervenção pública era muito mais fácil fazer um prolongamento da variante paralela à autoestrada do lado da atual zona industrial e não passar toda essa intervenção para o outro lado. Esse foi um princípio de conversa e de compromisso ao longo destes últimos anos tão difíceis com a associação e ao fim ao cabo, a associação representa aquilo que são os moradores. Relativamente às outras questões referiu que muitas delas foram enviadas para entidades e o município colaborou ativamente em tudo aquilo que era a documentação de base para aquilo que era a defesa da causa dos nossos concidadãos e vai manter-se nesse prisma. Quanto à primeira intervenção nós conhecemos muito bem o projeto que referiu, quisemos que ele fosse fazer uma intervenção/apresentação pública há relativamente pouco tempo na Biblioteca Eugénio de Andrade, há uma questão neste projeto que é muito relevante e que era importante já agora,





enquanto também entidade que representa introduzirmos cada vez mais o nosso discurso público, que é a aptidão do solo. A grande vantagem desse projeto é aquilo que eles desenvolveram de apologia, em termos de carta de aptidão e esse é um dos maiores problemas que temos e não podemos cair numa circunstância que quem tem conhecimento técnico sobre o assunto, sabe que hoje pelas alterações climáticas e pelos processos erosivos sobretudo destas últimas décadas à uma alteração profunda da aptidão do solo na nossa região. Assim, solos que até há 30 ou 40 anos tinham excelente aptidão, nomeadamente para Carvalho, castanheiro e para outras árvores de características autóctones, infelizmente, para nós, hoje a aptidão não é mesma e essa é uma questão muito importante, até pelas questões relacionadas com o carbono, pelas questões do que é a má abordagem de nova geração, por isso pede que tenham em conta na intervenção, para bem do interesse também geral, não cairmos numa situação em que referimo-nos à vontade e essa e todos os que aqui estamos, lutamos na perspetiva da biodiversidade, de defender aquilo que é mais autóctone, muitos dos documentos aqui hoje aprovados têm muitas referências é vertente do que é uma valorização e preservação do que é mais autóctone, basta ver o que hoje tem normativo relativamente àquilo que hoje foi aqui aprovado enquanto PDM e não são fala só das áreas protegidas, mas também de muitas outras vertentes que têm a ver com o desenvolvimento sustentável e que tem a ver com a valorização daquilo que é autóctone, só que o problema da aptidão é uma questão central, a carta de aptidão dos solos é a peça que nós nos interessa nesse estudo e é aquela que começámos a falar, e em que a equipa das diferentes universidades que se juntaram, muitos deles especialistas em várias fileiras, porque a carta de aptidão é o que diz o metro quadrado, que aquele solo pode permitir cultivar, porque a pior coisa que podemos fazer é queremos ao dia de hoje fazer o mesmo que fazíamos há 40, 50 anos em solo que depois não aguenta, por isso cria uma frustração imensa e leva ao abandono do solo, por ser improdutivo. Os solos devem ser utilizados, tomáramos nós na sua riqueza orgânica que fosse numa resposta à sua biodiversidade, mas temos de ter essa questão. A outra é que nós em 70.000 hectares, não temos um problema de monocultura, a diversificação das culturas agrícolas e agro silva pastoris é uma das nossas linhas de trabalho, ora diversificar significa trazer as fileiras, nós somos um território em que temos orgulho em ter frutos vermelhos, ter frutos secos, ter seriais, olival, vinho, ou seja, essa é a nossa vantagem, agora não é dizemos que não podemos ter frutos secos, relativamente à questão que está a colocar mas também ter os frutos secos, porque senão o nosso principal risco que





podíamos colocar, temos de monocultura, é uma coisa que nós hoje valorizamos e que até já entra no nosso património quase cultural, que é, por exemplo, a questão do cerejais e o cerejais em produção integrada têm muito menos impacto do que aquilo que poderia ser outro tipo de produção intensiva, no entanto, não deixam ter impacto e aí nós temos uma grande força nessa área, ou seja, pede que neste equilíbrio, nós pensarmos sempre naquilo que é os usos múltiplos do solo rústico, do solo rural, porque há uma parte do nosso solo que não tem aptidão agrícola, mesmo quando está perto de reserva agrícola, nós não utilizamos nem permitiríamos nunca que o metro quadrado de reserva agrícola tivesse painéis fotovoltaicos, por exemplo, mas nem pensar, agora na suas encostas que estão subjacentes é outra história, solos de reserva agrícola nunca, solos de perímetro de rega nem pensar. A última questão que queria aqui partilhar, tem a ver com as comunidades energéticas, fez a proposta ao Governo de avançar com projeto piloto para não só acelerarmos as comunidades energéticas, nomeadamente a partilha com as comunidades daquilo que são as vantagens do fotovoltaico, criámos até uma comissão de acompanhamento relativamente a alguns dos projeto fotovoltaico, comissão essa que tem a sua reuniões em termos de acompanhamento daquele processo, nomeadamente dos grandes projetos que temos aí em execução, mas essa questão da partilha é importante pelo que gostava e deixa esta sugestão, que estejam ao lado dos municípios, neste caso, o município do Fundão, para que a partilha com as comunicados locais daquilo que são os benefícios da produção de energia, nomeadamente solar, seja, no mínimo igual àquela que aconteceu com a parte eólica porque ao dia de hoje, isso não está garantido e isso é que é também defraudar, porque nessa partilha existem muitas vantagens para as comunidades locais, seja a partilha elétrica, comunidades de energia, seja a partilha do ponto de vista financeiro e que se compense pelo impacto de as comunidades locais de terem esse tipo de equipamentos, nessa ótica, sempre a colaborar e mesmo que de vez em quando tínhamos algumas diferenças, estamos sempre a olhar em frente, para aquilo que possa ser a nossa perspetiva do que é o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 21.00 horas. Da sessão se exarou a presente ata que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal Adriano Faria (Mant)

1º Secretário Alfonso de Sousa

2º Secretário Paula Faria Faria

### VOTAÇÕES DAS PROPOSTAS

2. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação final – “Revisão do Plano Diretor Municipal do Fundão”, *nos termos do disposto na alínea a) e ccc) do nº1 do artigo 33º e alínea h) do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro* – Aprovado por maioria com 33 votos a favor, 1 voto contra e 12 abstenções.

3. Apreciação e votação da Proposta – Aprovação final do “Regulamento Municipal de Intervenção na Via Pública”, *nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro* – Aprovado por unanimidade

4. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação final da “Carta Social do Fundão e do Plano de Desenvolvimento Social”, *nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro* – Aprovado por maioria com 43 votos a favor e 1 abstenção

5. Apreciação e votação da Proposta- Aprovação do “Projeto de Regulamento para Atribuição Excecional de Incentivos à Fixação de Profissionais de Serviços Públicos Essenciais no Concelho do Fundão – Saúde, Educação, Segurança” *nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro* – Aprovado por unanimidade

6. Apreciação e votação da Proposta- “Plano de Recuperação e Resiliência Nacional – parcerias entre o Município do Fundão, a CIM-BSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras Serra da Estrela e o IRHU, I.P. – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana”, *nos termos*

**7. Apreciação e votação da Proposta – “Reconhecimento de Interesse Municipal da Empresa Vascom – Cabos e Termómetros Unipessoal, Lda. e aprovação da redução de 75% do IMT e IMI”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;**

Senhor presidente da Camara  
Senhor presidente da mesa da assembleia e restante membros de mesa  
Senhores e senhoras vereadores  
Senhores e senhoras deputados municipais  
Membros do Staff  
Membros da imprensa  
Fundanenses

ANEXO 1

A contínua degradação do Serviço Nacional de Saúde, pondo em causa o direito universal à saúde consagrado na Constituição, é hoje uma realidade que afeta muitos portugueses. Por falta de investimento, subfinanciamento e sobretudo pela desvalorização das condições de trabalho, de remuneração e das carreiras dos profissionais de saúde, os serviços públicos estão com cada vez maiores dificuldades em responder às necessidades da população. Tem aproveitado o sector privado que já captura cerca 40% do orçamento de estado dedicado à saúde e é cada vez mais procurado devido à ausência de resposta do SNS.

Com este contexto feito, falemos das novas Unidades Locais de Saúde, que aqui na região, terão a sua materialização pela criação da ULS Cova da Beira, constituído pelo Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira e o ACeS da Cova da Beira.

As ULS aparecem em 2009, com o intuito de assegurar coordenação e continuidade dos cuidados de saúde entre os cuidados primários e os hospitais do SNS de modo a evitar intervenções e hospitalizações desnecessárias, duplicação de exames e outros factores de desperdício. Até aqui tudo bem, o problema é que a realidade demonstrou o contrário: um estudo da entidade reguladora da saúde de 2014 diz que á excepção de uma, todas as ULS tiveram mais hospitalizações desnecessárias do que as unidades da sua região não organizadas em ULS. Vem o governo e diz: vamos replicar para o país todo então.

O que está aqui em causa? Vários factores:

Primeiro, introduz se agora a presença de um representante de entidades intermunicipais no conselho de administração das ULS. Trata-se de uma solução que visa aumentar a responsabilização jurídica e sobretudo política dos municípios e das entidades que estes integram, pelas condições em que estão a ser prestados os cuidados de saúde à população. O Governo, que prossegue um processo de progressivo encerramento e concentração de serviços, quer envolver nessas decisões os representantes das autarquias, alijando a sua própria responsabilidade. Será um preço alto a pagar por um membro numa direcção de 6 nomeados pelo próprio governo.

Segundo, temos poucas provas da eficácia das ULS em cumprirem o seu próprio objectivo de criação (até temos mais provas do contrário), o que num concelho como o nosso, com o peso significativo da rede de cuidados primária, bastante dispersa geograficamente, é particularmente preocupante. Corremos o risco continuar a ter uma visão muito centrada nos hospital, apostando-se pouco na promoção da saúde e prevenção da doença onde as unidades de cuidados de saúde primários são fundamentais.

Gostaríamos de saber quais são os planos do Executivo quanto a acautelar os interesses dos Fundanenses nesta transição, nomeadamente na oposição á centralização dos serviços por via de fecho de extensões de saúde, na definição das valências que terá o concelho (p. ex medicina nuclear), e no garante da universalidade dos cuidados de saúde da população.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e secretários da Mesa

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exmo. Senhor Vice-Presidente

Exmos. E Exmas. Vereadores

Exmos. membros da Assembleia Municipal

Caros colegas Presidentes de Junta

Comunicação social aqui presente

ANEXO 2

Passou esta época de Verão nas suas mais diversas formas festivas por todo o concelho.

No entanto, a insistência das problemáticas que nos envolvem continuam e levam a mais uma intervenção junto de vós e na expectativa de que respostas públicas existam e de forma mais certa e com outra celeridade que não tem sido notada.

Acerca dum ponto que discutiremos num seu ponto específico quero deixar já a nota que: define o Plano Diretor Municipal que Silvares é um Polo Central na Zona onde se insere, define-o por vários parâmetros, e estamos confiantes de que surta efeitos no desenvolvimento da Freguesia, principalmente crescimento da economia local e do investimento.

No entanto, existem pontos chaves e contrariedades que têm que ser resolvidas definitivamente, para quem reside e para os que se possam juntar a nós. Vias de Acessibilidade e cuidados de Saúde são neste momento, e precisam de um planeamento cuidado. Faz no mês que vai entrar 1 ano que Silvares e a Zona do Pinhal está sem médico de família. É algum inconcebível e insuportável para a nossa população que, com traços de envelhecimento, não tem meios para se socorrer de médicos que possam cuidar dela, e muitas vezes utilizam meios de urgência para serem observados por um médico nas urgências do Hospital da Covilhã com situações que seriam tratadas e seguidas pelo seu médico de família. No geral estamos a sobrecarregar meios, nomeadamente de emergência, com questões que deveriam ser seguidas pelo médico de medicina familiar.

Dizem os entendidos que temos a consulta aberta para nos socorrer. No entanto, deparamo-nos na Consulta aberta, muitas vezes, com 1 médico para atender todos os utentes sem médico de família e ainda os que têm médico de família, mas que por qualquer situação mais urgente tiveram que se ali deslocar. Criam-se filas e desconforto e isto não é um serviço público bem prestado. E falando em serviço público bem prestado, também não se entende porque uma pessoa sem médico de família, e que quando o tinha poderia na sua hora de almoço ir mostrar uns exames sem ter que faltar ao seu trabalho, agora na consulta aberta tenha que o fazer, pois os médicos recusam-se a ver esses exames seja ao final do dia, em dias de feriado ou fins de semana.

Não serão as nossas populações dignas de um pouco de amabilidade, pelo menos com respeito á distância que têm que percorrer? Sabendo que as acessibilidades para a percorrer em boa parte são deficitárias. Não existe a consciência de que o acesso digno aos cuidados de saúde é um direito?!

Deveriam os serviços ser alertados destas situações para que houvesse a tentativa de minimizar a falta de medicina familiar. A quem compete avisar? Às Juntas e ao Município, somos nós que representamos o povo.

Tive uma informação neste último dia que me faz por as seguintes questões:

Senhor Presidente, sabemos que irá decorrer um procedimento concursal no mês de Outubro, e a minha questão é se é agora que está este concurso para decorrer que está o Município a tentar contratar médicos por prestação de serviços? Porque não o fez quando a única médica que foi contratada do anterior procedimento se recusou a prestar serviços em Silvares e a Zona do Pinhal?

Falei á pouco em acessibilidades deficitárias, todos estamos conscientes de que vai haver agora algumas pequenas obras de pavimentação.

Agradecerei no devido tempo, quando efetuadas, as foram concedidas a Silvares e visto o estado desses locais concedidos e de parte serem de acesso a educação, outro ponto chave que tem muito para desenvolver na nossa Freguesia, agradeço a celeridade deste



processo, em que também vamos ter a estrada 238 repara nalguns pontos. Espero que não se veja esquecido, e tive á pouco informação de que vai ser priorizado, o alvanel entra Lavacolhos e Castelejo onde a estrada já deu de si, e que quando voltar a dar poderá causar danos a pessoas, sendo que é para elas que trabalhamos, não deveria estar a esta altura sem ter sido feita a intervenção que os técnicos viram como necessária há bastante tempo. Mas falando nestes pequenos reparos todos continuamos a ver na estrada de ligação de Silvares e da Zona do Pinhal á sede de concelho existe muito trabalho a fazer, víamos todos com bons olhos, e reconhecendo que o Município não tem verba para uma obra de maior peso, que fossem solicitados meios a outras instâncias. Existe este pedido? Seria de bom tom coloca-lo em cima mesa pelo bem das populações da Freguesias do Pinhal e para que estas não vejam nas suas acessibilidades uma oportunidade de viverem noutros territórios.

Termino com outro importante assunto e que já nomeie, a educação.

Existem vários ciclos e fases da educação, falhando um deles todos os outros estarão comprometidos. Penso que até aqui todos concordamos.

Estamos, como foi anunciado publicamente pelo Presidente da Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares, na eminência de Perder o serviço de creche prestado por esta. Todos sabemos que perdendo uma valência, será difícil retoma-la nas mesmas condições e apoios, assim se tem passado com a perda da Valência de ATL pela mesma associação e que a Junta tem assegurado por meios próprios. A sociedade hoje exige que os pais trabalhem para sustentar os seus filhos e a sua vida, mas sem serviços que os possam ajudar nessa tarefa será difícil a sua fixação ou a manutenção da sua fixação em tal meio. A Creche de Santa Ana é a única creche em toda a Zona do Pinhal e até ao Fundão, e venho aqui apelar que a Câmara possa salvaguardar a existência deste serviço prestado na nossa IPSS. Temos hoje 40 crianças em Jardim de Infância, mas sabemos que por efeitos da pandemia os anos de 2021, 2022 e 2023 não foram tão ricos em nascimentos como os anteriores. Tudo é um ciclo que com certeza será alterado com

naturalidade, mas não pode deixar de haver Creche, é de interesse público que esta se mantenha.


Nem tudo é turismo, temos que salvaguardar a continuação de existência em pleno da nossas Freguesias, para termos um concelho verdadeiramente coeso e solidário.

**Assembleia Municipal Ordinária – 29 de Setembro de 2023****José Manuel Nogueira da Silva****União de Freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha**

Exm.<sup>a</sup> Mesa da Assembleia Municipal do Fundão,  
Exmo. Executivo da Camara Municipal do Fundão,  
Exmo.s Membros Deputados da Assembleia Municipal,  
Exmo.s Colegas Presidentes de Junta de Freguesia,  
Exmo.s Membros da Comunicação Social aqui presentes,  
Exmo. Público aqui presente,

Como será do conhecimento de todos aqui presentes no passado dia 25 de Agosto de 2023 ocorreu um grande incendio na freguesia a que presido, resultando numa área ardida superior a 200 hectares, com destruição de uma grande mancha florestal composta essencialmente por pinheiro-bravo e algumas manchas de sobreiros e eucaliptos.

Pelas constantes alterações das condições de vento no local a aldeia de Monte Leal e o Sítio da Lomba – Catrão tiveram as chamas muito perto de algumas habitações, onde graças à intervenção das forças de combate aos incêndios presentes no local foi possível salvaguardar pessoas e bens, através da criação de perímetros de segurança que funcionaram em pleno.



Aqui cumpre-me agradecer, em nome da população da freguesia, ao Serviço Municipal de Proteção Civil do Fundão, pela estreita colaboração e imediata disponibilização de meios e recursos para os locais do incêndio, às diversas Corporações de Bombeiros presentes, às equipas de Sapadores Florestais, às equipas da GNR, equipas da Afocelca, equipas da Força Especial de Proteção Civil, às equipas de meios aéreos que operaram no terreno, pois todas elas combateram as chamas da melhor forma possível tendo em consideração as condicionantes fisiográficas do terreno e as condições de vento verificadas, sempre com o foco principal de salvaguardar pessoas e bens habitacionais. A todas elas, sem exceção, um grande Bem Haja.

É tempo agora de recuperar o património florestal perdido, de procurar soluções que ajudem a restabelecer o potencial produtivo de terrenos com forte aptidão florestal e ainda na adoção de medidas que procurem minimizar os efeitos erosivos das chuvas que se avizinham com a chegada do outono/inverno.

E na temática dos efeitos provocados pela ação das fortes chuvadas recentemente ocorridas no concelho do Fundão é de enaltecer o importante papel do Serviço Municipal de Proteção Civil do Fundão, pois através da imediata disponibilização de equipamentos, máquinas e meios humanos, foi possível acudir a inúmeras ocorrências verificadas em muitas freguesias, permitindo o rápido restabelecimento de circulação de viaturas nas vias rodoviárias afetadas por desmoronamentos de muros, terras, valetas estupidas e quedas de árvores, e também na resolução de inundações nos arruamentos inseridos em diversos perímetros urbanos.

Esta ação, em estreita articulação com os meios disponibilizados pelas Juntas de Freguesia, enquanto primeiros agentes de proteção civil no local, permitiu resolver de uma forma generalizada, rápida e eficaz, diversas ocorrências, sempre com sentido prioritário de salvaguardar pessoas e bens.

Permitam-me agora fazer o registo, e após algumas décadas de constantes reivindicações e de inúmeros projetos, de nos podermos congratular pelo facto de, finalmente, termos luz verde para a comparticipação financeira e respetivas obras de melhoramento no quartel da GNR do Fundão, destacamento este que atualmente conta com mais de uma centena de militares, que trabalham e pernoitam em instalações que não oferecem as mínimas condições condignas. Trata-se, pois, de uma grande vitória para o concelho e também quem arduamente lutou para que esta realidade se pudesse finalmente verificar, e que merecerá certamente o devido reconhecimento público. Os militares da GNR merecem, a população do concelho do Fundão agradece.

Ainda no que se refere às forças policiais, e para finalizar, é de louvar o Regulamento que hoje é apresentado para discussão e votação pelos deputados municipais presentes, o Regulamento para Atribuição Excecional de Incentivos à Fixação de Profissionais de Serviços Públicos Essenciais no concelho do Fundão – Saúde, Educação e Segurança, pois trata-se de efetivamente implementar medidas ativas e concretas que permitem atrair profissionais de segurança para se fixarem no nosso concelho, de modo a servir uma população que tem todo o direito de serviços de segurança eficientes, inseridos numa verdadeira política de proximidade.

Muito obrigado a todos(as) pela atenção prestada.

Tenho dito.

Enquanto a informação escrita continuar a distinguir trabalhadores de colaboradores, nós continuaremos a fazer este reparo.

Gostaríamos de ter visto algo sobre as inundações no bairro das Fontainhas. É uma situação que se arrasta há já algum tempo, e, pelo menos para nós, a resposta da câmara á ocorrência mais recente, não foi clara sobre o que os moradores podem esperar. Foram estudadas alternativas a meramente “esperar” pela infraestruturas de Portugal resolver o problema?



**Fundão: Cidade Urbanorural dos 15+30+45 minutos?**

No entorno do novo Plano Diretor Municipal (PDM) do Concelho do Fundão, cabe questionar se o Fundão conseguirá posicionar-se como uma Cidade Urbanorural dos 15+30+45 minutos?

A proposta original da Cidade dos 15 minutos consiste em: todas as pessoas, isto é, todos os residentes nas cidades, poderem ter acesso a equipamentos, comércio e serviços de interesse geral até uma distância a andar a pé de 15 minutos.

Tal como avançado no conceito da Cidade dos 15 minutos, proposto originalmente pelo Professor Carlos Moreno, da Universidade de Sorbonne, que ajudou a presidente da Câmara de Paris, Anne Hidalgo, a aplicar esse conceito na capital francesa, os equipamentos urbanos básicos devem ser disponibilizados nas proximidades desses centros e tal não deve prejudicar as pessoas em função do seu estatuto socioeconómico ou idade. Torna-se então necessário adaptar as estruturas existentes e novas, assim como estabelecer e nutrir laços sociais estreitos para aumentar os índices de habitabilidade, e de convivência e apoio social. A este respeito, é de notar que na maioria das cidades, até mesmo em Xangai, as comodidades básicas estão localizadas nas zonas centrais, enquanto as da periferia, onde se situam as zonas residenciais, têm esses equipamentos distribuídos de forma dispersa; tornando, assim, quase impossível a mobilidade pedonal. Outros estudiosos que se debruçam sobre a temática da Cidade dos 15 minutos, encaram o planeamento de Xangai com a mesma lente de *Le Corbusier*, que preferia uma cidade aparentemente fortemente ordenada, mas que, em última análise, exigia a necessidade de utilização de meios de transporte poluentes para aceder a todas as comodidades disponíveis.

Podemos ainda acrescentar no construto tradicional de Cidade, o papel determinante de três dimensões espaciais propostas por Pierre Bourdieu, expresso na dialética entre o espaço físico (isto é, o ambiente construído), o espaço simbólico (ou seja, as categorias materiais através das quais percebemos e organizamos o mundo) e o terceiro, mas não menos importante, o espaço social (que congrega a distribuição de capital nas suas diferentes formas: humano; social; organizacional; conhecimento; progresso tecnológico; inovação; empreendedorismo; etc.).

Este novo ideal de cidade como espaço multidimensional de fruição coletiva, que foi desenvolvido pela cidade de Paris durante a pandemia, coloca a tónica na valorização de um esquema de vida comunitária e de micromobilidade, como se se passasse a viver numa nova aldeia ou vila organizada por anéis de acessibilidade, mobilidade e fruição. Estes espaços de fruição coletiva são abertos e adaptados às exigências colocadas pelo cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo os desafios sociais, as mudanças climáticas e os projetos municipais ou supramunicipais que visem cumprir o *tagging* climático. Não é a velha vila fortificada com uma muralha e uma barbacã à volta! Não há muralha ou primeira linha de defesa,


o que há é a possibilidade de reforçar o acesso aberto, a mobilidade e a fruição coletiva, do ponto de vista da oportunidade e da comodidade dedicadas às pessoas.

No Fundão, o que poderá ser co-criado e ratificado com a operacionalização da presente proposta de PDM, é a possibilidade de a pessoa, andando até 15 minutos, encontrar nesse raio: o chamado raio dos 15 minutos a pé; a desejável provisão dos serviços de interesse geral, incluindo educação, saúde, segurança, transportes, cultura, apoio social, desporto, bem-estar, natureza, refúgio climático, etc.. E quem vive nos anéis dos 30+45 minutos, ter acesso a uma mobilidade a pedido, leve e não poluente, que o transporte, com eficácia, até à localização distribuída dos referidos serviços de interesse geral, sem dispensar a presença obrigatória dos serviços mínimos de retaguarda, vulgo educação, saúde, apoio social, segurança e proteção civil, com intensificação da utilização dos canais assistenciais e digitais de acessibilidade, proximidade, acompanhamento e seguimento.

Permitam-me recuperar a visão do Professor João Ferrão do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa, que foi Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, que ao referir-se ao novo conceito de cidade de proximidade, idealizado pelo académico franco-colombiano, Carlos Moreno, sublinha que a cidade de proximidade pretende terminar com a fragmentação dos grandes centros urbanos, em que muitas atividades estão dependentes de viagens longas em viatura própria ou de transporte público. Assim, seguindo uma lógica de geografia humana, o académico frisa que: tal «tem a ver com a ótica de planeamento urbano e com quem intervém nesse planeamento urbano, que são basicamente as autarquias».

Acresce ainda que, a pandemia veio levantar uma nova camada de questões às pressões, problemáticas e ansiedades que já vinham de trás, aplicáveis aos grandes centros urbanos, mas também, em moldes de inovação territorial, aos centros urbanorurais de pequena e média dimensão, como o do Município do Fundão, podendo dar lugar, em termos flexíveis, a partir da presente proposta de PDM, a uma revalorização da acessibilidade, da proximidade e da fruição coletiva, com muita diversidade humana, social e industrial, também atendendo aos efeitos das bolsas de gentrificação racial e social, das alterações climáticas e de hipotéticos cataclismos de origem sísmica, ou mesmo de novas lógicas de circularidade dos sistemas económicos e sociais residentes, que, criticamente, a meu ver, não estão a ser devidamente antecipados e perspetivados, em diversas discussões sobre a peça de planeamento agora apresentada.

A biodiversidade também é muito importante nos habitats dos centros urbanos e dos centros urbanorurais, como se verifica no caso do Fundão. Assim, a possibilidade aqui aberta de planear usos mais diversos dos espaços, à pequena escala, em cada bairro, aldeia ou comunidade, pode aplicar-se também às mais pequenas escalas, desde a escala de uma rua ou bairro, até a uma escala, por exemplo, dos equipamentos diversos e da partilha de recursos existentes em: escolas; hospitais; unidades de saúde; plataformas de energias renováveis; universidades; estruturas de incubação e aceleração de empresas; centrais de transportes intermodais; zonas industriais; teatros; infraestruturas desportivas; parques; etc., que podem multiplicar-se em diferentes tipos



de atividade intermunicipal, com outras Cidades, e intramunicipal, envolvendo as Freguesias e as pessoas. Esses recursos e espaços podem acolher, para além dos seus usos específicos e originais, atividades de acolhimento e agregação de comunidades, como uma verdadeira ferramenta urbana de inclusão, mobilidade, fruição coletiva e inovação social. Pontua-se que o urbanismo deve deixar de ser gerido por critérios meramente monofuncionais, seguindo abordagens multifuncionais, multidimensionais, abertas e, passe a redundância, participadas!

Pode ser operada uma autêntica revolução silenciosa no Fundão, mediante a adoção do conceito da Cidade de 15+30+45 minutos, na medida em que pode ser ultrapassada uma visão retrógrada de que o urbanismo se cinge a questões de gestão do espaço do território, porque na verdade, também é do tempo e das pessoas, as variáveis mais importantes para os economistas sociais: do tempo dos quotidianos; do tempo dos trabalhos; do tempo de deslocação; do tempo dos fins de semana; do tempo dos meses; e, sobretudo, do tempo disponível para as pessoas. Repito, tal pode ser uma verdadeira revolução silenciosa, mas com um enorme impacto para o nosso futuro, porque, de facto, pode fazer com que haja efeitos profundos de transformação estrutural do nosso território, desde logo nas questões ecológicas, urbanorurais, produtivas, e de inclusão económica e social.

As cidades devem cuidar bem dos seus planos e das suas estratégias para o futuro, sendo imprescindível que esses exercícios prospetivos levem a sociedade a desenvolver um sentido uno de comunidade, com a clara noção de que poderá haver ganhos absolutamente extraordinários, na ecologia social, ambiental e industrial, e na diversidade, porque as pessoas não vão precisar de se deslocar de uma forma muito distante, reequilibrando a limitada presença do Estado na provisão de interesses de serviço geral, os custos de contexto, as falhas de mercado existentes, bem como os efeitos das alterações climáticas e das emissões poluentes, considerando as externalidades negativas daí decorrentes.

Termino com três mensagens objetivas e diretas:

1. A expansão *per se* não poder entendida como sinónimo de desenvolvimento sustentável do território.
2. O afastamento dos mais capacitados do exercício de planeamento, decisão e gestão pública, comportará erros que serão bastante caros para todos.
3. Se o Fundão quiser, conseguirá ser uma Cidade Urbanorural de Proximidade! Pois, mesmo que as pessoas possam estar mais frágeis, menos capacitadas ou com menos posses próprias, se tiverem um sentido de rua, bairro, aldeia e comunidade, sentirão mais confiança, segurança e resiliência, que são muitíssimo significativas para a maximização do bem-estar social, com e para todos.

João Leitão



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a signature and the word 'ANEXO' written vertically.

## Proposta de Revisão do PDM – intervenção na AM

29.9.2023

### PDM

- Define o quadro estratégico de desenvolvimento do território.
- Constitui o referencial dos outros planos municipais [Pormenor e Urbanização]
- Inclui o Regulamento | Plano de ordenamento | Plantas de Condicionantes | Avaliação Ambiental Estratégica | relatório da proposta | Pareceres | Atas...

Reflete o modo de sentir da maioria do atual executivo municipal pois desenha a estratégia de desenvolvimento assumida no que consideram o "... potencial de crescimento, de atração de investimento e de dinamização da economia concelhia...".

Contudo, afirma não ser possível "... quantificar os efeitos das propostas apresentadas em termos de dinâmicas populacionais..." pois a quantificação é dificultada pela existência de fatores externos de que é exemplo a pandemia devida ao COVID 19. Mas ainda assim, "... crê-se que as apostas do município são assertivas..."

Sem pretender ser exaustivo e cair na tentação de enumerar os múltiplos objetivos que enformam o PDM, vou centrar-me em alguns dos 11 (onze) principais que podemos encontrar no Relatório da Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão.

### Razão

- aqui podem ser identificados, descritos e avaliados os efeitos mais significativos da aplicação do plano;
- aqui estão identificados os FCD (fatores críticos para a decisão).

Centrando-nos na importância do PDM e em concreto sobre a sua 1ª revisão, teremos de a ver como a grande oportunidade de pensar o território a médio e longo prazo e pese a incerteza dos tempos e o surgir de alguma dúvida sobre os resultados que a estratégia definiu.

A proposta que nos é apresentada proclama-se como assente numa estratégia de desenvolvimento sustentável e que procura conciliar o respeito e a valorização do ambiente com o desenvolvimento económico e social.

Com alguns desafios centrais estamos de acordo, já com outros a nossa visão não é coincidente e nomeadamente no que é apresentado como "pressão sobre o território urbano", pois prevê que novos habitantes sejam atraídos pela dinâmica económica e empresarial e por isso deverá apostar-se em mais habitação e mais ampliação dos

perímetros urbanos. Ora tal ideia está em contradição com o exposto no Relatórios da Proposta (vol. II) onde se pode ler que no “...que concerne às expectativas de necessidades habitacionais potencialmente emergentes no horizonte do PDM deve considerar-se que não são expectáveis pressões habitacionais se consideradas na globalidade do território...” já que é esperado um declínio populacional e “...idealmente deverá recorrer-se preferencialmente à reabilitação e ocupação de edificado existente...”.

Este declínio populacional, infelizmente, podemos confirmá-lo no cenário central apresentado no enquadramento da Carta Social que vamos apreciar num dos pontos da ordem de trabalho desta sessão da Assembleia Municipal, fica evidenciado quando aponta para que o Fundão atinja em 2031 pouco mais de 24000 habitantes e em 2041 possam ser atingidos os 20771 residentes e tendo em consideração o saldo migratório.

É legítimo colocar a dúvida da contradição quando lemos na proposta aumento de perímetros urbanos, aumento no índice de construção e aumento no número de pisos. Importa ter algum cuidado no que diz respeito à ampliação de espaços no perímetro urbano e dar mais atenção à requalificação.

E tendo ainda em conta o enquadramento da Carta Social, não deixa de ser preocupante saber que o salário médio no Fundão é inferior ao salário médio nacional, mas muito preocupante é saber que a desigualdade salarial aumenta com o aumento das habilitações dos trabalhadores. Se mais habilitação corresponde a mais discrepância no salário, o que se passa? O que está errado na estratégia de ter pessoas mais com habilitação superior no nosso território?

No que à qualidade ambiental diz respeito não deixa de ser preocupante verificar

- que estão identificadas nos documentos de apoio a esta revisão do PDM, 9 (nove) massas de água superficiais classificadas com estado global de qualidade inferior a bom e que se pretende elevar a sua a qualidade a até 2027 e simultaneamente se afirme num outro indicador [Poluição em espaço urbano/espaco agrícola] “...que todas as explorações agrícolas de dimensão média e grande estão em modo de produção integrada, pelo que não é significativa a pressão deste tipo de poluição sobre linhas de água.” Há mesmo possibilidade de identificar alguma contradição entre o acreditar que se cumpre a realidade;
- que não existe informação sobre os empreendimentos turísticos que promovem a gestão eficiente da energia e da água;
- que os sistemas de drenagem de água não respondem e para tal basta recordar o que aconteceu nas últimas semanas no bairro das Fontainhas para não se ficar descansado;
- se identificam focos de resíduos tóxicos provenientes da exploração mineira e que se enunciam perigos de ameaça ambiental na barragem de lamas e escombreciras que confinam com o rio Zêzere;



ainda que um Plano de Recuperação Ambiental e Paisagística do Cabeço do Peão seja referenciado nos estudos de caracterização e que visava a estabilização das escombrelas e a contenção da contaminação urgente e datado de setembro de 2009 e no documento ser afirmado ter vindo a ser implementado.

Recordo que o plano compreendia vários tipos de ações entre as quais:

- Proteção da qualidade da água;
- Proteção dos ecossistemas;
- Proteção à exposição direta das poeiras e escorrências de água decorrentes da ação de exploração mineira.

Pois bem, solicitei que o mesmo me fosse facultado bem como as avaliações que deverão ter ocorrido. Infelizmente tal não aconteceu até hoje.

Deixo agora a sugestão, por que pertinente, de:

- se trabalhar em parceria com os municípios da Covilhã e também Belmonte a fim de desenvolver um plano de proteção do rio Zêzere e que passaria pela atribuição ao rio de direitos jurídicos de indivíduo ou de pessoa coletiva, classificando as suas margens como território de interesse municipal;
- se agendar um programa de construção da rede de separação de águas residuais e pluviais;
- criar um programa de reutilização de águas residuais envolvendo as juntas de freguesia, as escolas, as empresas e as associações.

Pelo que concluímos pela pouca ousadia do PDM em fazer mais considerando a importância e atualidade do tema.

Se algo mereceu atenção durante o período de discussão pública da 1ª revisão do PDM, foi a classificação dos solos em rústico e urbano e a possibilidade se poder construir em solo rústico.

Recordo o parecer da CCDRC emitido na reunião plenária de 22.12.2022, que era favorável condicionado, devendo ser sanadas as questões que não cumprissem as normas legais e em particular as desconformidades com o PNOT e nomeadamente as referentes à admissão de novas habitações em solo rústico que não fossem classificadas como Aglomerados Rurais ou Áreas de Edificação Dispersa (norma 74 do PNOT).

No ofício esclarece-se que a diretriz 74 do PNOT deve ser entendida como uma orientação do D.Reg. 15/2015, e como tal vinca o caráter excecional e limitado da edificação em solo rústico e que carece de "... demonstração da estrita necessidade e efetiva associação a usos e ações de aproveitamento produtivo do solo rústico, no âmbito de explorações sustentáveis..."



Fica bem evidente que após o período de discussão pública da proposta de revisão do PDM a grande fatia da natureza das participações tem a ver com requalificação de solo rústico em urbano, alteração à qualificação das categorias do espaço e área mínima da propriedade em solo rústico em que é permitida construção.

Surge, no Relatório de Ponderação da Discussão Pública do PDM a temática “O” – Área mínima do prédio para construção de habitação o ponto 1 – “ No caso da existência de usos e ações de aproveitamento produtivo do solo rústico, incluindo modelos de exploração sustentável, de autoconsumo e ações associadas aos princípios da economia circular, a área mínima necessária é de 0,5 hectares”, ponto acrescentado ao Regulamento do PDM e aplicado a todo o concelho. Este novo ponto parece contradizer o carácter de excecionalidade que atrás referenciamos.

Fica ainda a questão de saber quem verifica as condições, no presente e no futuro, estabelecidas no ponto 1. Fica ainda por esclarecer o significado de autoconsumo e de ações associadas aos princípios da economia circular.

Não estamos perante um mau PDMS mas estas, e outras divergências, levam-nos a anunciar o nosso voto de abstenção.

**Pela bancada do Partido Socialista**

**29.09.2023**

**José Pina**

Senhor presidente da Camara  
Senhor presidente da mesa da assembleia e restante membros de mesa  
Senhores e senhoras vereadores  
Senhores e senhoras deputados municipais  
Membros do Staff  
Membros da imprensa  
Fundanenses

ANEXO 7

Com a discussão da proposta que nos é apresentada aproximamo-nos, finalmente, da conclusão de um longo processo que já há muito deveria estar concluído. E não foi por falta de chamadas de atenção da nossa parte. Já, muito antes de este processo ter sido iniciado em 2019, por várias vezes, a CDU pediu aqui nesta assembleia, esclarecimentos sobre a revisão do PDM e alertou para a necessidade da sua realização. Depois do início do processo de revisão, também por várias vezes, a nossa preocupação com o atraso e com a forma como o processo estava a ser conduzido também, por mais de uma vez, aqui foi trazida.

Lembremos que o Plano Diretor Municipal (PDM) do Fundão, ainda em vigor, foi aprovado pela AM em 1999 e publicado em 2000. Passaram-se mais de duas décadas. Muito se alterou, quer em termos da realidade do Concelho, quer dos novos desafios a que um PDM deve dar resposta. Por isso, há muito era manifesta a necessidade da sua revisão. Porém, o atraso no início do processo parece indicar que não foram estas as preocupações que estiveram na mente dos responsáveis da autarquia, mas, tão só, a necessidade de dar resposta a uma exigência legal, sem a qual se corria o risco de perda de fundos comunitários.

Sabemos que municípios que veem a elaboração (ou revisão) dos seus PDM como uma obrigação para poderem aceder a fundos comunitários tendem geralmente privilegiar uma abordagem normativa em lugar de valorizarem uma dimensão estratégica. Olhando para o processo que agora termina, bem como para o resultado, isto é, para o documento que nos é proposto, fica para nós claro que, infelizmente, foi essa a perspetiva seguida no município do Fundão.

Esperava-se, pois, que, com esta revisão, o PDM do Fundão se assumisse como documento estratégico e regulamentar, que estabelecesse as vocações e utilizações dominantes do solo, definisse modelos fundamentados de evolução da ocupação humana para o território municipal, promovesse as potencialidades locais e superasse as carências atuais. Infelizmente este desiderato não foi cumprido.

Chegados aqui podemos, em poucas palavras, caracterizar o documento (e o processo que a ele conduziu) como tendo **poucas virtudes e vários pecadilhos**.

Apesar de o documento, como afirmámos, privilegiar uma abordagem normativa em detrimento de uma abordagem estratégica, tal não significa que, implicitamente não tenha uma estratégia. Acontece que essa estratégia é questionável e criticável. As opções tomadas deveriam ser baseadas em dados reais e fiáveis. Ora acontece que as projeções demográficas utilizadas são claramente irrealistas e baseadas em dados já desatualizados. Em consequência, ou por vontade própria, adota-se uma opção centralista, materializada num excessivo alargamento da área urbana da cidade. Isto

sem, contudo, se vislumbrar qualquer estratégia de atenuação da barreira urbana que o caminho de ferro representa.

A acrescentar a isto e, estranhamente, nada está previsto em termos de transportes públicos urbanos que poderiam dar alguma coerência a tal opção. Vale a pena ainda referir que, neste aspeto, o documento proposto não prevê claras soluções de transportes públicos intraconcelhios que possam ajudar a que seja sustentável continuar a viver nas nossas freguesias rurais.

Ainda no que diz respeito á cidade, regista-se, como mais um pecadilho deste plano a escassez de áreas verdes de recreio, desporto e lazer. Entretanto insiste-se no supérfluo e nas obras de fachada.

Em termos económicos, as opções estratégicas são também questionáveis. De facto, continua a insistir-se no domínio das TIC, numa economia desigual e facilmente deslocalizável, em detrimento da aposta na inovação nos sectores com peso histórico no concelho.

Mas é claro que este documento, bem como o processo que nos trouxe até aqui, também tem algumas virtudes.

Se criticamos a opacidade do processo que conduziu ao documento para discussão pública, devemos igualmente elogiar a forma como essa discussão foi realizada. Por isso gostaríamos de aqui salientar, e deixar uma palavra pública de agradecimento, pelo trabalho, competência e disponibilidade da equipa técnica que acompanhou este processo.

Finalmente gostaríamos de referir, como aspeto positivo, as soluções de flexibilidade do critério de edificação em solo rústico que foram encontradas não obstante a contradição com o sentido geral deste PDM de centralizar o concelho na cidade.

Dentro das nossas competências enquanto eleitos, mas também enquanto força política responsável e interessada nos destinos do município participámos ativamente em todo este processo. Começando com os alertas e chamadas de atenção antes do início e durante o processo de revisão e continuando na discussão pública. Fizemos um conjunto de propostas e sugestões, umas acolhidas, outras, infelizmente, não acolhidas.

Mas não ficámos por aqui, debruçamo-nos, com seriedade sobre este tema, estudámos, participámos e tornámos publicas as nossas posições e sugestões nomeadamente através da publicação de um número de "O Barbilho" dedicado ao "PDM e Ordenamento do Território"

É por isso que, de forma consciente e responsável afirmamos que este não é o PDM que gostaríamos de ver aprovado. Daí o nosso sentido de voto.



Junta de Freguesia de Orca

Município do Fundão

Ex.mo Senhor Presidente

ANEXO 8

Atendendo a que o PDM foi discutido exaustivamente em várias freguesias, nomeadamente na Freguesia de Orca onde Decorreu uma Sessão de Apresentação e Discussão do Novo PDM e onde foram apresentadas várias sugestões ao mesmo, mas olhando para a redação do documento que agora estamos a aprovar, eu não posso deixar de solicitar que nos preste um esclarecimento, ou melhor, que nos ajude a interpretar um dos preceitos deste regulamento, mais concretamente o artigo 5º, que é da maior Importância para a Freguesia de Orca.

Com efeito, gostaríamos que nos informasse sobre a forma como devemos interpretar os conceitos técnicos do artigo 5º deste Regulamento. Gostaríamos de saber, qual a fundamentação da alínea b), como deve ser interpretada e como é que conjuga ou coaduna co a alínea b2) do mesmo artigo.

Como é do seu conhecimento, a questão de ser necessário uma área de 3,75 HECTARES, quando a área média da exploração agrícola de freguesia é superior ao dobro da área média da exploração agrícola do município, foi muito contestada no período de discussão pública.

Existem de fato algumas propriedades de grandes dimensões (poderão ser cerca de meia dúzia) todas as outras e são em grande número tem menos de 3,75 há, num universo de 107 prédios rústicos 75% tem menos de 3,75ha. Somos a freguesia mais a sul do concelho, com freguesias limítrofes como Vale de Prazeres e União de freguesias de Povia de Atalaia e Atalaia do Campo, proprietários com terrenos numas e noutras freguesias em que a discrepância é muito acentuada, Vale de Prazeres com a média de 1,75ha com uma diferença de 2ha e União de freguesias de Povia de Atalaia e Atalaia do Campo com 1ha com uma diferença de 2,75ha.

Percebemos que o Regulamento foi alterado, por força das alterações sugeridas no período de discussão pública, pelo que, foram sensíveis às pretensões apresentadas. Mas não podemos deixar de pedir este esclarecimento, por forma a podermos perceber, para o futuro, qual é a interpretação que deve ser dada ao mesmo.

ANEXO 9  
12

### DECLARAÇÃO DE VOTO

Ex.mº Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Fundão

No âmbito da aprovação do Plano Diretor Municipal do Fundão – 1ª revisão, a Junta de Freguesia de Castelo Novo discorda do disposto no Artº 5, ponto b2) i) Castelo Novo, Capinha e Orca – 3,75 ha, pelas razões que se invocam: -----

- A condicionante de 3,75ha para a edificabilidade em terreno rústico soma-se às condicionantes a que já é sujeita a freguesia de Castelo Novo, desde logo derivadas da sua localização na Serra da Gardunha, de ser uma Aldeia Histórica e de ser atravessada pela A23 e pela ferrovia.
- A impossibilidade de construção de habitações em solo rústico, por via da exigência da área mínima de 3,75 ha, sendo as propriedades, maioritariamente, parcelas de menor dimensão, terá como consequências a desvalorização dos prédios rústicos e o abandono dos mesmos, podendo terminar definitivamente com a fixação de residentes na freguesia.
- Tal exigência vai contribuir para o despovoamento, a desertificação e o empobrecimento da freguesia de Castelo Novo, e institui-se como meio facilitador, simultaneamente, da fixação das pessoas nas freguesias limítrofes, com exigências de áreas muito menores para edificabilidade, promovendo o povoamento e o desenvolvimento económico nessas freguesias.
- Assinala-se a discriminação relativamente às 11 freguesias da alínea iv, que não necessitam de ver cumprido o disposto no ponto b1) para que a possibilidade de edificação seja de 0,5ha. E ainda na alínea iii, nas 9 freguesias descritas basta ser proprietário de 1ha para edificar, sem ser necessário verificar o disposto no ponto b1). As injustiças são claras e evidentes.
- O resultado final ressalta aos olhos de todos: que é o afastamento das pessoas da freguesia de Castelo Novo e, por outro lado, facilita a sua fixação nas freguesias limítrofes, com todas as consequências de definhamento populacional, social, cultural e económico da nossa freguesia.
- Pelo exposto, o nosso voto é CONTRA o Plano Diretor Municipal.

A Presidente de Junta de Freguesia de Castelo Novo,  
Maria de Jesus Salvado Gonçalves Abelho  
Fundão, 29/9/2023



ANEXO 10

## **Declaração de voto Ponto 7 da ordem de trabalhos Apreciação e votação da Proposta**

### **“Reconhecimento de Interesse Municipal da Empresa Vascom – Cabos e Termómetros Unipessoal, Lda. e aprovação da redução de 75% do IMT e IMI”**

O Grupo Municipal do Partido Socialista está e estará sempre a favor de medidas que pretendem estimular e facilitar a fixação de empresas e dos seus trabalhadores, bem como dos seus agregados familiares, no nosso território.

No entanto e como deixamos expresso separa-nos no referente à carga fiscal do IMI a interpretação de não ser possível ao Município não aplicar as taxas máximas ou proceder a reduções, ainda que com prejuízo evidente para os fundanenses e as famílias em particular, situação que decorre de políticas pouco acauteladas dos anteriores executivos do PSD uma vez que o Município do Fundão está atualmente abrangido pelo Fundo de Apoio Municipal, o que o impede de descer os impostos pois está obrigado a maximizar as receitas.

Reforçamos a nossa convicção socorrendo-nos da interpretação do Tribunal de Contas plasmada no Relatório 1/2022, 2ª secção, em sede de Auditoria à execução de planos de ajustamento financeiro ao Município do Fundão, salientando que o “...PAM contém medidas de reequilíbrio orçamental específicas, calendarizadas e quantificadas, nomeadamente a

.../... “c) Definição das taxas máximas nos impostos municipais, designadamente o IMI, nos termos previstos na respetiva legislação, incluindo a não aplicação de qualquer fator minorativo e a aplicação dos fatores majorativos previstos, sem prejuízo do disposto no número seguinte; d) Análise e proposta de revogação de benefícios fiscais e isenções de taxas, cuja concessão seja da competência do município, e abstenção de concessão de benefícios durante o PAM, exceto se autorizado pelo FAM mediante justificação das vantagens económicas para o município; ( Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto).

Mas ainda assim e no referente à invocada alínea d) “o Tribunal de Contas deixa claro que “...é questionável a larga margem de discricionariedade atribuída ao FAM para a concessão de autorização excecional, uma vez que a decisão apenas se encontra balizada por um critério indeterminado de obtenção de vantagens económicas para o município, sem qualquer ponderação da sua qualidade ou dimensão, o que é suscetível de dificultar o controlo sobre a utilização desta faculdade concedida pela lei ao FAM.”

Assim, declaramos a nossa posição de voto contra.

Esta declaração de voto vincula todos os membros do Grupo Municipal do Partido Socialista e que estão devidamente identificados na ata.

Fundão, 29 de setembro de 2023

O

líder da Bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista

José A. M. Pina